INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

Montijo
Câmara Municipal

Atualização dos Instrumentos de Planeamento da Rede Social e do Projeto Montijo Saudável

Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde

Novembro de 2019

iese
Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Índice

APRESENTAÇÃO **1**

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA **3**

Enquadramento dos elementos de planeamento 3
Estratégia Metodológica do PDSS – Modelo Lógico Integrado 5
Sistema de governança 6

PARTE II. PLANO DE AÇÃO **9**

Plano de Ação Associado ao Domínio de Análise - Capacitação e Animação Estratégica da Rede Social 13
Plano de Ação Associado ao Domínio de Análise - Capital Humano 19
Plano de Ação Associado ao Domínio de Análise - Capital Inclusivo 25
Plano de Ação Associado ao Domínio de Análise - Saúde 41

PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO **51**

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AFPDM	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CAO	Centro de atividades ocupacionais
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CERCIMA	Cooperativa de Educação, Reabilitação,Capacitação e Inclusão de Montijo e Alcochete
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração do Migrante
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CMM	Câmara Municipal Montijo
CNPDPCJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e proteção das crianças e jovens
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRAM	Conservatório Regional de Artes do Montijo
DGS	Direção-Geral da Saúde
FNERDM	Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação
ISS	Instituto da Segurança Social
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo
NPISA	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
PDSS	Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde
PSSA	Pessoas em Situação de Sem Abrigo
RSM	Rede Social Montijo
SCMM	Santa Casa da Misericórdia do Montijo

APRESENTAÇÃO

O presente Documento corresponde ao novo **Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde da Rede Social do Montijo** (PDSS), cuja estratégia se foca temporalmente no período 2020-2022. A realização deste instrumento acontece no seguimento de uma atualização do Diagnóstico Social no qual se procurou pôr em prática um novo exercício de diagnóstico e análise das condições do território concelhio.

O tipo e a incidência das dimensões problema identificadas no Diagnóstico foram organizados em 4 domínios chave e é com base nessa arquitetura conceptual que o presente Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde se construiu de modo a operacionalizar uma estratégia lógica baseada em problemas, objetivos estratégicos e resultados.

O presente PDSS parte tem como **objetivo principal** desenvolver processos de concertação à escala concelhia, reforçando os mecanismos de articulação que o Programa Rede Social defende, nomeadamente, cooperação, concertação e comunicação entre as diferentes entidades e atores que compõem o CLAS e que de forma substantiva operam na concretização das políticas de educação, saúde e inclusão social. Num segundo plano, trata-se de uma estratégia de planeamento que visa garantir a coerência com outros instrumentos de planeamento territorial que concretizam a estratégia do território num quadro supramunicipal, nomeadamente no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

O Documento encontra-se estruturado em cinco grandes capítulos:

- **Enquadramento e Estratégia metodológica:** dedicado ao enquadramento do PDSS tendo em conta as suas grandes linhas de orientação e a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde e Plano de Ação.
- **Elementos de Planeamento:** onde se identificam os objetivos estratégicos, programas e projetos em cada um dos domínios de intervenção (Capacitação e Animação Estratégica da Rede, Capital Humano, Capital Inclusivo, Saúde), como resposta às principais evidências de constrangimentos.
- **Plano de Ação:** constitui o mapa lógico das intervenções concretas a desenvolver entre 2019 e 2022 e possui um caracter evolutivo e dinâmico. Corresponde ao Plano de Ação na sua estrutura operacional, nas quais se identificam os projetos que compõem cada eixo, fatores problema, objetivos estratégicos , parceiros envolvidos e níveis de prioridade na implementação dos projetos.
- **Modelo de governança:** apresenta o modelo de governança a utilizar no âmbito da implementação e monitorização do PDSS, definindo uma estratégia integrada que materializa o compromisso entre as diversas entidades do sistema de atores da Rede Social de Montijo.
- **Monitorização e Avaliação:** propõe uma proposta de monitorização da execução dos projetos e programas e um conjunto de iniciativas que permitem tornar este processo mais robusto e eficaz.

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Enquadramento dos elementos de planeamento

Este novo ciclo de programas e projetos que foi estrategicamente construído para atender às principais debilidades que o território de Montijo conhece em diferentes matérias no plano social e económico, está estruturado em torno de um conjunto de premissas e de objetivos que importa enunciar. Desde logo, pretendeu-se promover a ideia de que a substância de um PDS não deve ser um somatório das atividades de cada parceiro da Rede Social. Os planos interativos são os mais ricos em envolvimento dos parceiros e aqueles em que se gera um efeito de rede significativo com o surgimento de atividades que não constavam dos planos iniciais dos atores. Por esse motivo, o Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde do Montijo (PDSS) é encabeçado por um eixo de intervenção dirigido especificamente para suportar a animação da Rede e a cooperação entre os parceiros, para alimentar essa dimensão interativa.

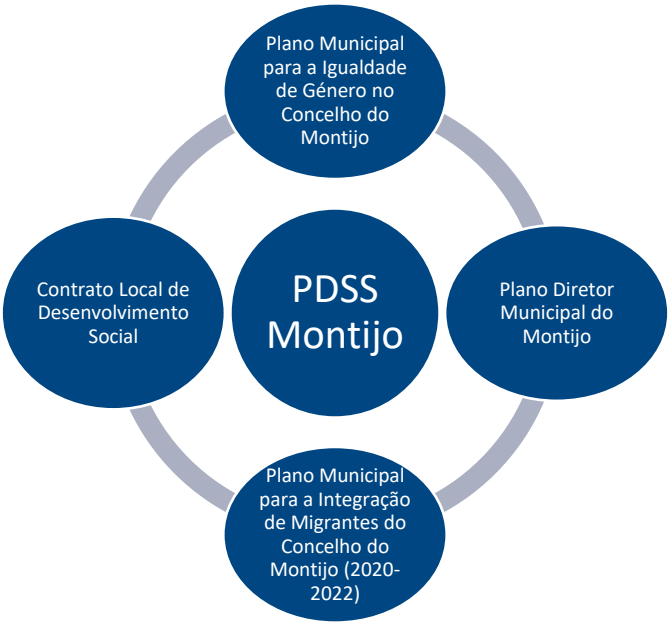
Em segundo lugar, é necessário introduzir alguma inovação às formas mais clássicas de responder ao problema da pobreza e da exclusão social, dando aliás seguimento aquilo que são os desafios que o conceito multidimensional de desenvolvimento social evoca. Os Eixos, objetivos e medidas que se apresentam de seguida são o espelho de um esforço de inovação social com novas formas de resposta a problemas. Em particular, a assunção de que os problemas sociais deverão ser atendidos de forma direta a partir de um conjunto de projetos definidos e dirigidos concretamente para as populações visadas, mas também reclamam uma estratégia de prevenção que se deve estruturar. A estrutura de intervenção do PDSS encontra-se, assim, organizada em torno de 4 grandes Domínios (Capacitação e Animação Estratégica da Rede, Capital Humano, Capital Inclusivo, Saúde), aos quais se associam as principais dimensões problema do território e que derivam do Diagnóstico Social. Paralelamente, para cada factor-problema, está associado um conjunto de Objetivos Estratégicos e respetivas Medidas.

O PDSS do Montijo coexiste com um conjunto de outros instrumentos de planeamento municipais e nacionais sinérgicos. A nível nacional, a abrangência do PDSS convoca uma panóplia de instrumentos estratégicos relevantes, designadamente:

- Plano Nacional de Saúde 2012-2020
- Plano Nacional de Ação para a inclusão - Combater a Exclusão Promover o Desenvolvimento
- Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020
- Estratégia Nacional para a Integração das pessoas em situação de sem abrigo 2017-2023
- Programa Nacional de Saúde Mental
- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual» (ENIND)

- Programa Nacional de Promoção da Atividade Física e Desportiva

Desta abordagem integrada, e tendo em conta as áreas de intervenção prioritárias, é no plano municipal que se desenham as principais sinergias, como surge destacado no esquema.



Um outro marco de utilidade é o seu caráter instrumental para a implementação das estratégias de acolhimento da transferência de competências. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019 e 2020, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos.

Estratégia Metodológica do PDSS – Modelo Lógico Integrado

A construção conceptual e metodológica deste PDSS tem por base a adoção de um Modelo Lógico. O Modelo Lógico constitui uma ferramenta preciosa para o planeamento e avaliação de políticas, programas ou projetos. Esta descreve as ligações lógicas entre um problema ou situação específica, o projeto que lhe pretende responder e os respetivos recursos, atividades e resultados.

Considerando o conjunto de componentes que prefiguram um Modelo Lógico, o presente PDSS constitui a base desse modelo. É aqui que se define a situação de partida (diagnóstico) e que se identificam os problemas a que o território/rede deseja responder (priorização da intervenção).

A arquitetura do PDSS compreende os seguintes quatro domínios de análise analíticas-chave.

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
				Urgente
				Prioritária
				Regular

O nível de priorização a que as dimensões problema foram sujeitas deverá implicar um olhar diferenciado em termos de intervenção estratégica, mas cruzado entre elas, pois todas se apresentam como dimensões enquadradoras do fenómeno da pobreza e da exclusão social do ponto de vista territorial.

Neste sentido, do ponto de vista metodológico, o Plano é o resultado da Desk Research efetuada aos diversos documentos estratégicos do concelho, da análise dos principais indicadores do Sistema estatístico nacional, cruzada com a visão fundamentada dos atores, recolhida num conjunto de entrevistas semi diretivas aos elementos de coordenação da Rede Social e a parceiros chave. Paralelamente, foram realizadas sessões coletivas de planeamento estratégico para a identificação de objetivos estratégicos e respetivas medidas para a solução das dimensões problema.

Sistema de governança

Para a exequibilidade e animação da Rede Social e do Observatório Social e de Saúde do Montijo torna-se fundamental o desenho e criação de um sistema de governança. No quadro do Observatório Social e de Saúde do Montijo, este permitirá criar um sistema de responsabilidade e validação por área, como por exemplo os representantes de cada grupo de trabalho temático, incluindo a nomeação da Figura do gestor de informação. No quadro do PDSS, é essencial associar a cada medida estratégica, o parceiro responsável e outros parceiros a mobilizar para a sua implementação, clarificando, responsabilizando e contratualizando as funções que cabem a cada ator/entidade.

O sucesso da implementação de qualquer instrumento de planeamento no seio de uma estrutura participada, multi-ator e multinível, como é o caso da Rede Social, requer a definição de um modelo de governação. De facto, a capacidade de concretização de processos participados e desenvolvimento de ações conjuntas baseadas no trabalho em rede coloca desafios de concertação, decisão e contratualização das intervenções. Tratando-se de um programa que faz do planeamento integrado e da articulação da intervenção por atores de diferentes naturezas e áreas de atuação em rede o seu foco fundamental, o conceito de **governança** revela-se de capital importância.

O Programa Rede Social associa uma medida de política pública central à sua concretização local, através da mobilização de competências municipais, e à promoção de concretização de formas de governança colaborativa e multinível localmente específicas (autonomia na determinação da constituição de membros dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e participação diferenciada nos "núcleos executivos", além da presença obrigatória da Segurança Social e dos municípios). O Programa Rede Social inscreve-se também, por esta via, numa perspetiva de coesão territorial. Associa a integração territorial de políticas públicas ao exercício de competências municipais e das Juntas de Freguesia, promove o envolvimento da sociedade civil e concretiza a simultaneidade e a complementaridade do "central" e do "local" no desenvolvimento local. Ou seja, o que está em causa é saber como a Rede Social se organiza em torno dos seus diferentes atores e dos instrumentos concebidos, e por outro lado como se traduzem essas configurações institucionais sobre as práticas de intervenção que a Rede procura operacionalizar. Neste sentido, importa definir o modelo de relacionamento do sistema de atores com base numa estratégia integrada que se materialize num compromisso entre os diversos parceiros envolvidos no estabelecimento de compromissos e metas, assim como para a operacionalização do PDSS.

A coordenação da Rede Social do Montijo é responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde da Câmara Municipal de Montijo que recentemente tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista a renovar a sua dinâmica, entre as quais a atualização dos instrumentos de planeamento, a criação de grupos de trabalho e a organização do Fórum Social.

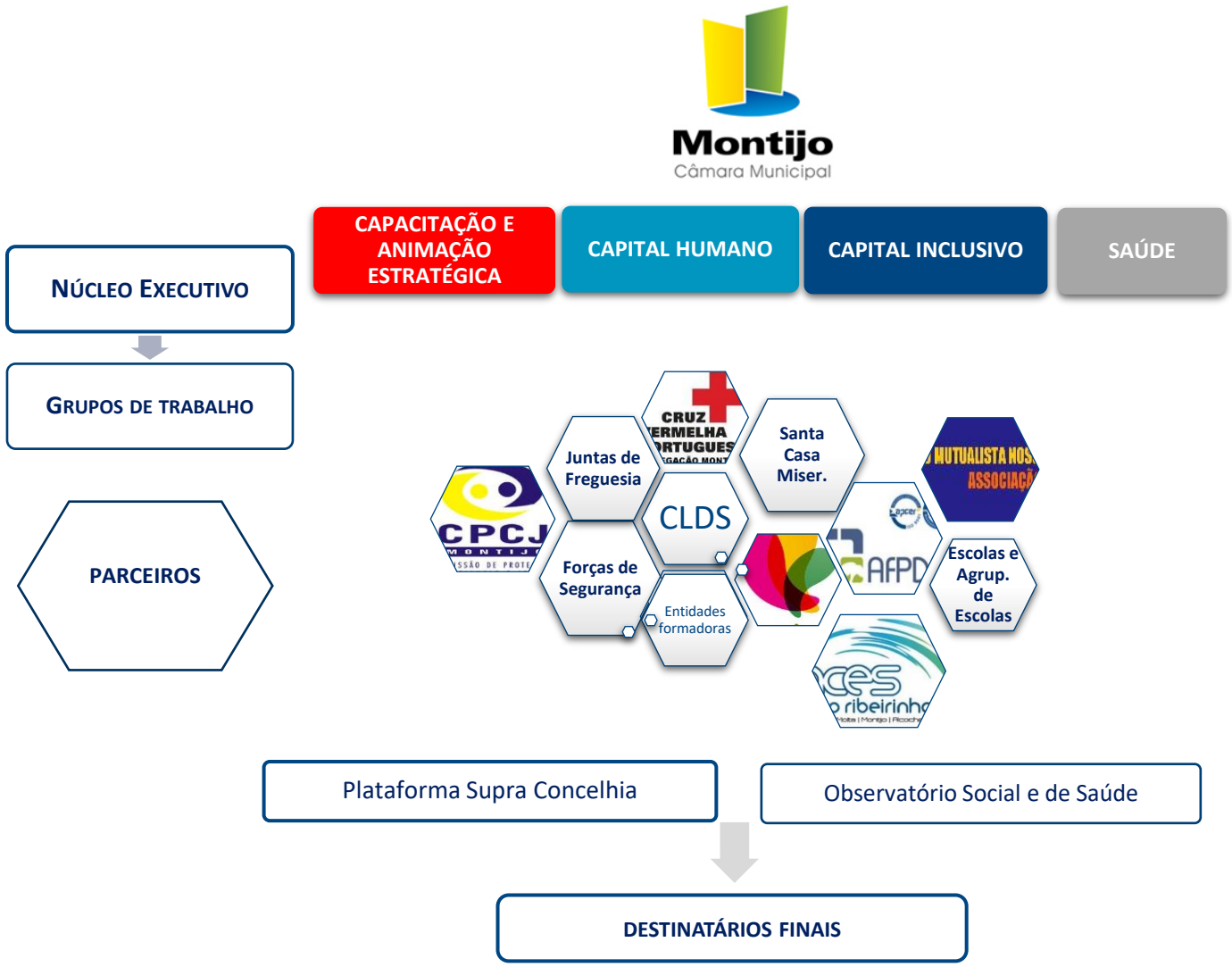
À semelhança da larga maioria das redes nacionais, a sua dinâmica tem sido condicionada pela falta de recursos humanos afetos em exclusividade à sua animação estratégica e também aos fracos níveis de participação dos parceiros, os quais tendem a concentrar-se nas matérias e entidades diretamente ligadas ao seu âmbito de ação, o que resulta numa rede de interações pouco diversificada. A criação de grupos de trabalho pretende contrariar esta situação, através de um processo de co-responsabilização dos parceiros, mas dado tratar-se de uma experiência recente ainda não existem elementos suficientes para apreciar a eficácia desta estratégia para esse objetivo.

No conjunto de entrevistas realizadas fica bem patente que no universo de parceiros há entidades que tendem a assumir um papel mais ativo na animação estratégica da Rede Social e que esse dinamismo depende tanto da disponibilidade dos técnicos como da valorização que as lideranças das instituições atribuem à Rede Social. Contudo, de uma forma geral, consideram-se reunidas as condições de suporte para que a Rede Social do Montijo amplie a sua atuação e fortaleça a dinâmica de trabalho colaborativo entre os parceiros, uma vez que existe um sentimento global de interesse e disponibilidade para uma participação mais ativa por parte da maioria dos atores entrevistados, pelo que é fundamental que essa predisposição para a ação seja assessorada de mecanismos eficazes de animação.

A figura seguinte representa uma estrutura de governação que garanta as seguintes funções:

- **Gestão estratégica e coordenação do PDSS**, essencial para garantir (a) o compromisso e envolvimento de entidades-chave e (b) a implicação das estruturas de gestão das entidades (nomeadamente, garantia de prazos e alocação de recursos financeiros e humanos);
- **Animação dos parceiros para a implementação e operacionalização dos projetos**, privilegiando o compromisso de trabalho em rede e a construção conjunta da ação; e

- **Monitorização e avaliação**, de forma a permitir a introdução de ajustamentos à ação, bem como a comunicação dos resultados junto dos destinatários finais.



PARTE II. PLANO DE AÇÃO

Tal como apresentado no Diagnóstico social, o concelho do Montijo é um território com problemáticas pouco diferenciadas, pois no geral não se identificam problemas críticos expressivos, mas antes desafios para uma melhor e mais eficaz resposta às necessidades da população e aos desafios futuros de desenvolvimento do território. Assim, a expressão dos domínios-problema que a seguir se apresenta tem como ponto de partida um contexto equilibrado de desenvolvimento, pese embora se observem áreas-críticas que devem merecer uma resposta mais assertiva no quadro do presente Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde.

Assim, sempre que os elementos recolhidos forem suficientes para diferenciar os gaus de gravidade dos problemas diagnosticados, opta-se por distinguir os graus de prioridade a assumir pelas dimensões-problema no quadro do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde, em concreto.

Outras áreas que emergem como relativamente criticas, tais como as dependências, a emigração, as pessoas com deficiência, as crianças com necessidades educativas especiais, e a prestação de cuidados de saúde básicos e especializados, a saúde mental da população, merecem também ser objeto de melhor apuramento de dados para se avaliar bem o impacto que têm sobre a população da Montijo e o efeito que produzem em termos de vulnerabilidade da população face à pobreza e à exclusão social. Este tipo de confronto entre dados torna-se em si mesmo um exercício muitíssimo importante a reter do ponto de vista do planeamento estratégico, pois implica aprofundar as causas que estão por detrás de determinados posicionamentos e, por outro lado, aprofundar a dimensão analítica dos dados, sempre que tal seja possível.

Para enquadrar a apresentação do Plano de Ação, recupera-se o quadro de referência das problemáticas mais destacadas no Diagnóstico, com base nas quais se definiram os objetivos estratégicos e medidas a implementar.

Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema Capacitação

	Montijo
Fraca dinâmica de parceria no planeamento de projetos concertados (cultura de Rede)	
Falta de técnicos afetos em exclusividade à animação estratégia da Rede Social e fraca participação das entidades parceiras	
Necessidades de capacitação dos técnicos das organizações parceiras da Rede Social	

Posicionamento relativo do Montijo sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano

	Montijo
Dinâmicas demográficas	
Quebra da natalidade	
Emigração	
Imigração	
Lacunas da oferta de educação-formação existente	
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho	
Grau de habilitações da população ativa residente	
Envelhecimento/dependência de idosos	
Índice de Dependência Total	
Insucesso escolar	
Abandono escolar	

Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema relativas ao Capital Inclusivo

	Montijo
Violência de género	
Crianças e jovens em risco	
Pessoas com deficiência	
Criminalidade	
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,…)	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais	
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade	
Cobertura do ensino pré-escolar	
Desigualdades de género no acesso ao emprego	
Falta de competências parentais	

Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema Saúde e Dependências

	Montijo
Saúde mental	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,…)	
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais	
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade	

Legenda	+++	++	+	-

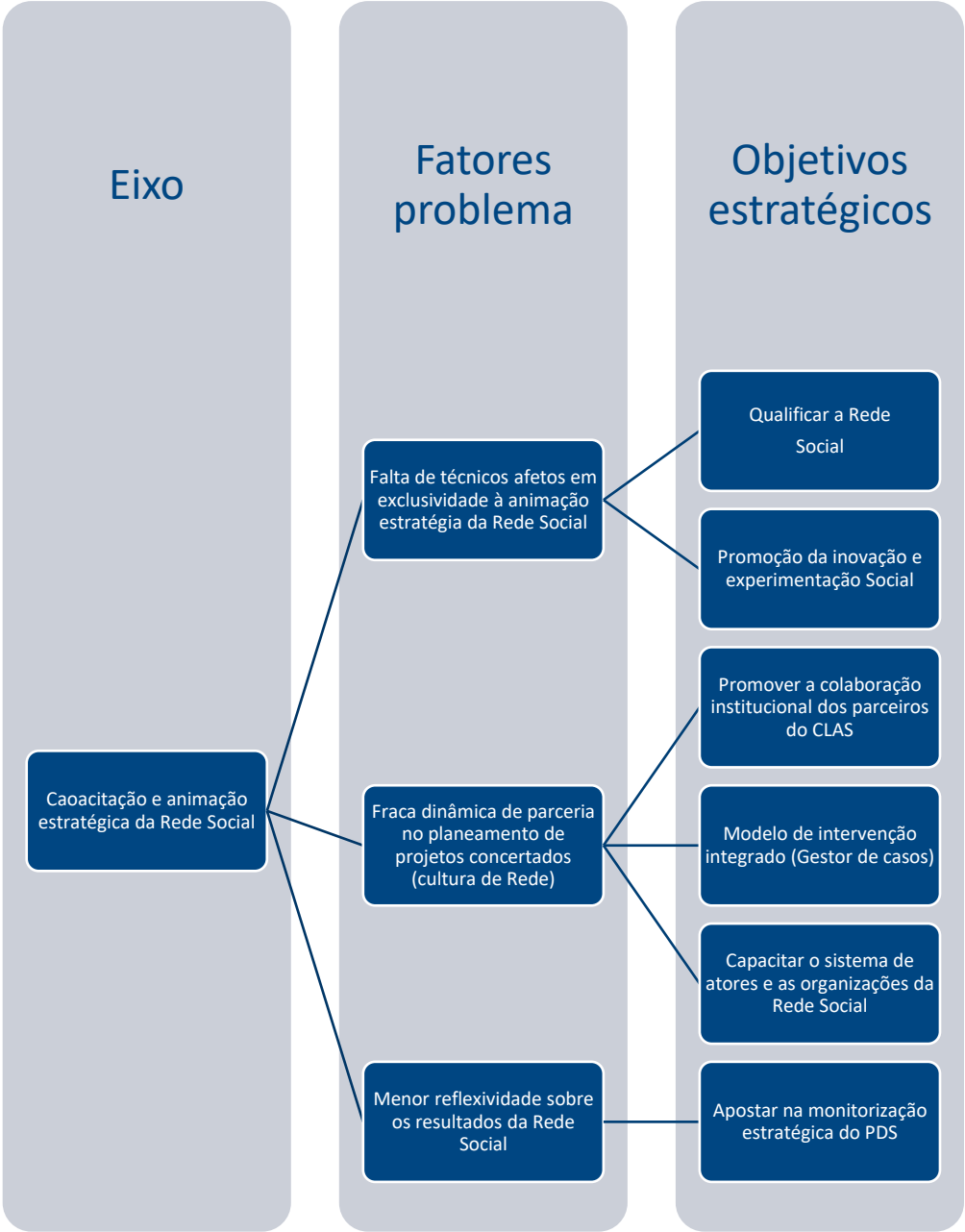
O esquema seguinte representa a estrutura global da arquitetura de Eixos e Objetivos Estratégicos do PDSS:

Domínio Capacitação e Animação da Rede Social	***Capacitação e animação estratégica da Rede Social***	Qualificar a Rede Social Promoção da inovação e experimentação social Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS Capacitar o sistema de atores Atendimento integrado (Gestor de casos) Promover a monitorização e avaliação do PDSS
Domínio Capital Inclusivo	***Violência doméstica e de género***	Criar respostas de prevenção e proteção de vítimas de violência Intervenções e formação com agressores Sensibilizar a comunidade educativa dinamizando as parcerias estabelecidas Criação e dinamização de uma campanha de informação e sensibilização, dirigida à comunidade
	Igualdade de género. não discriminação e cidadania	Contribuir para a implementação do princípio da Igualdade de Género na atividade da Rede Social Criação de Ações/campanhas de sensibilização e informação dirigida ao público em geral, sobre temas relevantes no âmbito da Igualdade, da não discriminação e da cidadania Criação de Respostas de combate à discriminação
	Crianças e Jovens em Risco	Proporcionar a aquisição de competências não formais que promovam experiências de sucesso pessoal Proporcionar atividades artísticas e desportivas de inclusão social Reforçar competências pessoais, familiares e sociais para a parentalidade Capacitação de agentes e técnicos
	Pessoas em situação de sem abrigo	Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo Assegurar que o Diagnóstico e o PDSS incluem indicadores relativos ao fenómeno Promover ações de sensibilização junto da comunidade em geral Promover o acesso a respostas de alojamento
	Respostas Sociais	Qualificação e reforço de programas, projetos e equipamentos destinados às pessoas com deficiência e incapacidade Rede de Apoio de retaguarda na inserção destinada a mulheres grávidas e mães de bebés recém nascidos em situação de desproteção social
	População Imigrante	Diagnóstico das situações de exploração laboral e necessidades de intervenção social Disponibilização de serviços especializados de apoio à integração de imigrantes
Domínio Capital Humano	***Insucesso escolar e abandono***	Concertar estratégias e recursos para combater o abandono escolar precoce e reduzir o insucesso escolar Promover a igualdade de acesso e o valor social da educação Reforçar o desenvolvimento de competências para promover o sucesso educativo e potenciar o prosseguimento de estudos Reforçar o trabalho em rede e a abertura da escola à comunidade
	Qualificação da população ativa	Promover a formação ao longo da vida da população ativa mais desqualificada Recuperar jovens desqualificados para o ensino/ formação
Domínio Saúde	***Acessibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde***	Acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde Formação de profissionais de saúde e cuidadores formais e informais Reforçar as equipas de saúde escolar de forma a implementar atividades preventivas nos jovens Prevenção e deteção precoce de problemas de saúde na população
	Saúde Mental	Aprofundar o conhecimento sobre Saúde Mental no Montijo e LVT Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde mental Combater o estigma social associado à doença mental Intervenção articulada na Saúde Mental Criação de respostas direcionadas a pessoas com doença mental

PLANO DE AÇÃO ASSOCIADO AO DOMÍNIO DE ANÁLISE **CAPACITAÇÃO E ANIMAÇÃO ESTRATÉGICA DA REDE SOCIAL**

CAPACITAÇÃO E ANIMAÇÃO ESTRATÉGICA DA REDE SOCIAL

Evidências dos constrangimentos
Considerando que o Programa Rede Social tem o seu foco fundamental no planeamento integrado, multinível e na articulação da intervenção entre diversas estruturas de parceria, é crucial a animação da criação das condições institucionais e organizacionais locais das quais possa depender a ação estratégica, a criação de soluções organizativas e de competências técnicas / organizacionais adequadas à construção da especificidade das respostas no território. Embora a Rede Social do Montijo tenha vindo a contribuir para melhorar a conhecimento mútuo e informal entre diferentes atores, a cultura de rede e a organização e trabalho em rede ainda apresenta debilidades. Neste âmbito, regista-se uma fraca dinâmica de parceria e planeamento concertado entre parceiros (cultura de rede) com a ausência de projetos estruturantes (com implementação e responsabilidade conjunta) e verificando-se alguns focos de resistência à participação de algumas instituições e da população-destinatários diretos, quer nos processos de planeamento, quer nas atividades da Rede Social. Igualmente, a falta de técnicos afetos em exclusividade à animação estratégia da Rede Social faz com que esta esteja dependente da qualificação das entidades parceiras e das respetivas competências para planear, gerir e dinamizar redes de parceria. Paralelamente, face aos desafios e exigências do processo em curso de transferência das novas competências para as autarquias locais, previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, requere-se uma maior articulação entre o sub-municipal, o municipal e o supramunicipal, assim como a capacidade de concretizar processos de intervenção coordenados, com a participação de diferentes entidades. Por outro lado, uma vez que que a Rede Social lida com problemas sociais complexos, importa também qualificar os agentes da intervenção, nas diferentes áreas temáticas, de forma a permitir encontrar respostas mais integradas, eficazes e adaptadas aos seus destinatários. Por último, existe uma necessidade de investir na monitorização dos problemas sociais e da globalidade das respostas existentes, de forma a poder medir a eficiência e a eficácia das intervenções desenvolvidas, contribuindo para um melhor planeamento social na cidade pelo conjunto dos seus interventores.


Eixo
Fatores problema
Objetivos estratégicos
Caoacitação e animação estratégica da Rede Social
Falta de técnicos afetos em exclusividade à animação estratégia da Rede Social
Fraca dinâmica de parceria no planeamento de projetos concertados (cultura de Rede)
Menor reflexividade sobre os resultados da Rede Social
Qualificar a Rede Social
Promoção da inovação e experimentação Social
Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS
Modelo de intervenção integrado (Gestor de casos)
Capacitar o sistema de atores e as organizações da Rede Social
Apostar na monitorização estratégica do PDS

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Qualificar a Rede Social	Capacitar os representantes das entidades parceiras nas áreas de metodologia de projeto, gestão e dinamização de parcerias	Rede de parceiros da RSM CMM Grupos de trabalho da Rede Social	N.º de Ações desenvolvidas N.º de parceiros envolvidos- Nº de ações conjuntas realizadas Nº de parceiros envolvidos nos Grupos de Trabalho Grau de adesão dos parceiros nas ações desenvolvidas	
	Realizar ações de formação/qualificação de acordo com as áreas de intervenção do PDSS		N.º de Ações desenvolvidas N.º de parceiros envolvidos	
Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS	Realizar anualmente pelo menos dois projetos/atividades conjuntas (mais do que 2 parceiros) Manter e potenciar os grupos de trabalho existentes no âmbito do CLAS	Rede de parceiros da RSM CMM Grupos de trabalho da Rede Social	Nº de projetos e atividades conjuntas desenvolvidas Nº de parceiros envolvidos Nº de destinatários abrangidos Nº de Grupos de Trabalho existentes e/ou criados face ao ano de 2019	
	Articulação e desenvolvimento de iniciativas, programas e projetos de intervenção comunitária; cooperação partilha nas intervenções (ex: CLDS, Escolhas,…)	Rede de parceiros da RSM CMM Grupos de trabalho da Rede Social Representantes de outras estruturas de parceria como o CLDS	Implementar 3 iniciativas articuladas no período de vigência do PDSS	
Criação de condições, ferramentas e instrumentos para a operacionalização da intervenção integrada e gestão de casos	Realizar até ao final de 2025 o atendimento e acompanhamento social integrado Gestor de casos na lógica dos CLDS	CMM Rede de parceiros da RSM	N.º de marcações de atendimentos N.º de atendimento realizados Pedidos de apoio financeiro efetuados	
Promoção da inovação e experimentação Social	Aumento, até 2022, do número de projetos de inovação e experimentação social implementados e desenvolvidos (em áreas estratégicas do PDSS)	CMM Rede de parceiros da RSM	Ações de promoção realizadas; Nº de projetos de inovação e experimentação social implementados e em desenvolvimento Parceiros envolvidos do desenho e implementação dos projetos	
	Criação da Bolsa de Ideias e Projetos de Inovação Social Organização de processos de aprendizagem interpares e partilha de experiências para o desenvolvimento de projetos inovadores ("comunidades de prática") com outras Redes Sociais.		N.º e tipologia de projetos de inovação social desenhados N.º de eventos de comunidade de prática e partilha de experiências	

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Capacitar o sistema de atores e as organizações - Redes Sociais	*Elaborar um Plano de Capacitação Técnica dos Profissionais que integram as parcerias* Formação-ação Workshops integrados para técnicos das redes sociais (nas áreas onde os níveis de competência são mais baixos e onde a necessidade e importância para a Redes Social se faz sentir- cf,. Exercício de capacitação- ("animação de parcerias"; "construção de planos de ação eficazes"; "monitorização estratégica e avaliação de projetos"; "construção de indicadores"; "metodologias participativas"; "métodos e técnicas de planeamento"; "elaboração de candidaturas a programas cofinanciados";	CMM Parceiros RSM	Diagnóstico de necessidades efetuado Plano de Formação definido Nº de ações concretizadas no Plano de Formação N.º de parceiros envolvidos N.º de técnicos envolvidos e capacitados	
Promover a monitorização e avaliação transversal a todos os eixos do PDSS	Contratualização dos processos de recolha de informação dos indicadores das diversas medidas do PDSS e Observatório Social e de Saúde do Montijo	CMM Parceiros RSM	Nº de Paceiros envolvidos na medição de indicadores de monitorização e avaliação	
	Implementar sistema de monitorização e avaliação da execução de medidas, ações e projetos do PDSS		Indicadores de realização e resultado que constam no PDSS	

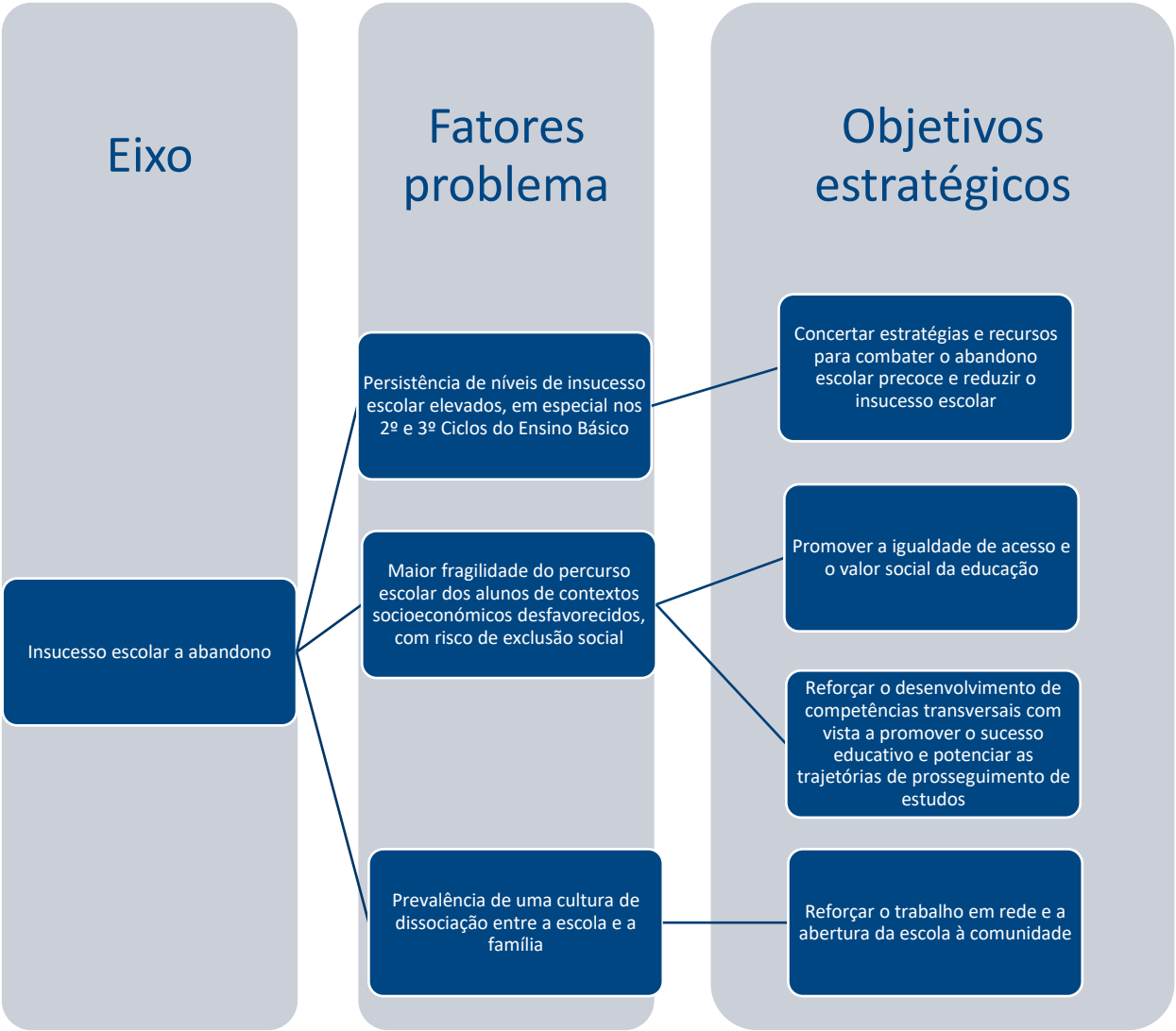
Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

PLANO DE AÇÃO ASSOCIADO AO DOMÍNIO DE ANÁLISE **CAPITAL HUMANO**

CAPITAL HUMANO

Evidências dos constrangimentos
A leitura cruzada dos principais indicadores de evolução da situação no concelho em matérias ligadas ao capital humano, com a visão, fundamentada na experiência, dos atores que intervêm na concretização das respostas locais de ensino-formação, permite isolar dois eixos fundamentais de intervenção prioritária: um primeiro de natureza bastante abrangente e complexo, relacionado com a ativação de medidas para reduzir o insucesso e abandono escolar da população jovem em idade escolar e um segundo, mais dirigido à população ativa, empregada e desempregada, relacionado com a prioridade de elevação dos níveis médios de escolarização e qualificação da população residente. Apesar de organizados em dois eixos distintos, são na realidade duas facetas de uma mesma problemática, pois na sua génese estão fatores críticos comuns, como um legado histórico pesado de fraca escolarização, influenciada em grande medida por um mercado de trabalho que absorve com relativa facilidade pessoas com baixas qualificações e que tende a disseminar uma perceção geral de desvalorização social e económica da escola e do seu papel na obtenção de melhores empregos.

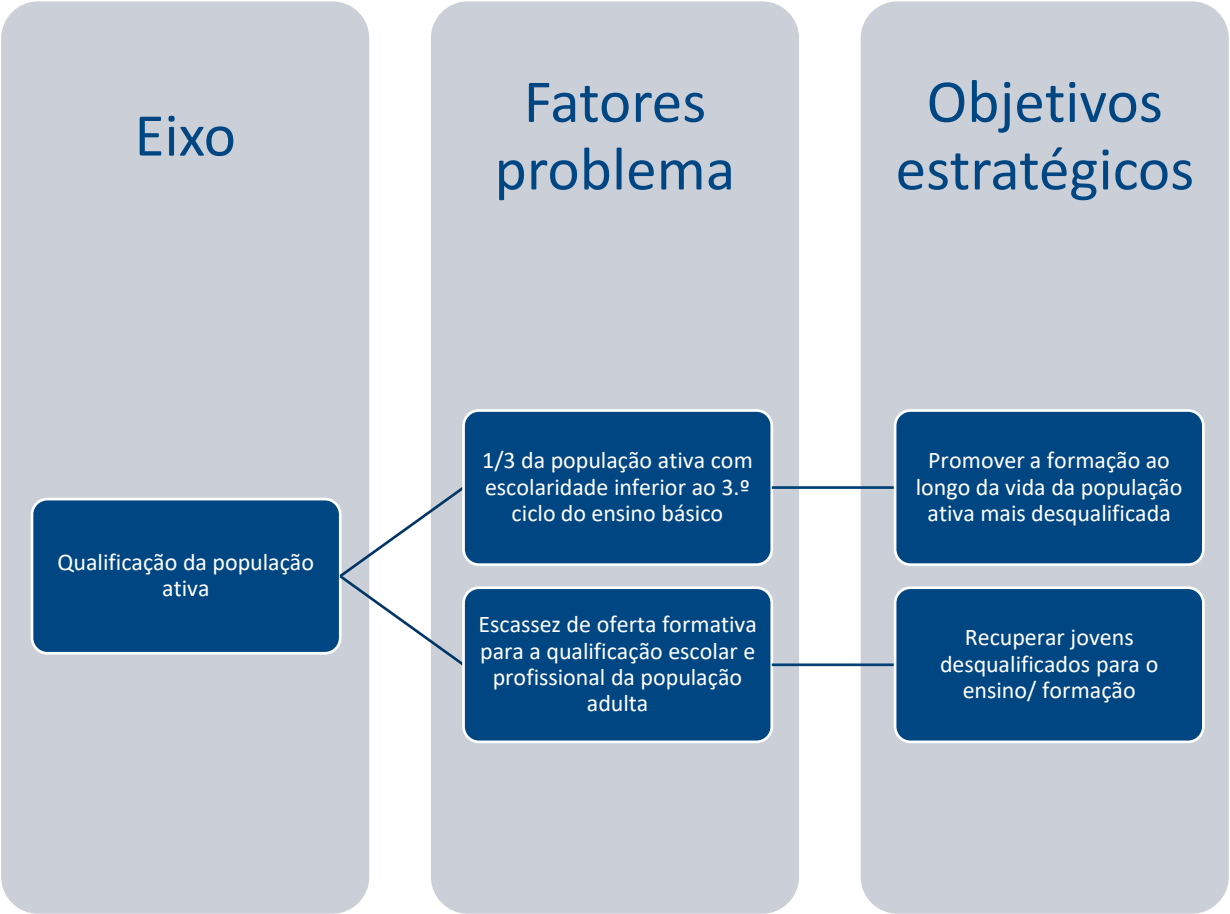
Insucesso Escolar e Abandono



Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis	Indicadores	Prioridade
Concertar estratégias e recursos para combater o abandono escolar precoce e reduzir o insucesso escolar	Ações de informação e sensibilização sobre "boas práticas" de projetos de combate ao Insucesso escolar para divulgação entre a comunidade escolar	Grupo de trabalho da Educação da Rede Social Rede de escolas e agrupamentos de escolas	N.º de sessões de reflexão e divulgação de boas práticas realizadas N.º novos projetos de combate ao abandono e insucesso implementados	
Promover a igualdade de acesso e o valor social da educação	Ações de capacitação e de promoção da integração de imigrantes e da diversidade cultural das comunidades étnicas, desenvolvidas em meio escolar	Rede de escolas e agrupamentos de escolas Município CLAIM Entidades desportivas e associativas Outras parceiros da Rede Social	N.º de ações promotoras da inclusão social e diversidade cultural (culturais, gastronómicas, desportivas, etc.) desenvolvidas N.º de parceiros envolvidos	
	Cursos para a aprendizagem da língua portuguesa dirigidos à população imigrante (jovens e famílias)	CLAIM Município Rede de escolas e agrupamentos de escolas	N.º de cursos realizados N.º de participantes	
	Ações dirigidas a incrementar o reconhecimento do valor social e económico da educação, dirigidas a diferentes públicos-alvo (crianças e jovens em idade escolar, pais/ encarregados de educação, população em idade ativa, empresários, imigrantes e minorias étnicas, etc.).	Grupo de trabalho da Educação da Rede Social Município Empresas Rede de escolas e agrupamentos de escolas IEFP CLDS	N.º de ações realizadas N.º de participantes, por perfil-tipo	
Reforçar o desenvolvimento de competências transversais com vista a promover o sucesso educativo e potenciar as trajetórias de prosseguimento de estudos	Projetos dirigidos à promoção de competências pessoais e sociais, inclusive através de iniciativas de educação não formal	Rede de escolas e agrupamentos de escolas Entidades desportivas e associativas CLDS Recursos: Exemplo de Projeto Sagaz da Rede Social de Lousada Academias do Conhecimento, da Fundação Calouste Gulbenkian https://casel.org/core-competencies/#	N.º de ações realizadas N.º de parceiros envolvidos	
Reforçar o trabalho em rede e a abertura da escola à comunidade	Criação de Equipas Multidisciplinares dedicadas ao combate ao abandono e insucesso escolar e à promoção do prosseguimento de estudos, para a rede de escolas do concelho (psicólogos, professores de educação especial, monitores desportivos, tutores de empresas, …)	Município Rede de escolas e agrupamentos de escolas Empresas Entidades desportivas e associativas Outros parceiros da Rede Social	N.º de novos casos sinalizados e encaminhados para as equipas N.º de parceiros envolvidos	
	Projetos de educação parental – encontros de pais	Grupo de trabalho da Educação da Rede Social Rede de escolas e agrupamentos de escolas Recursos: Exemplo de Projeto Concelhio de Educação Parental da Rede Social de Vila Nova de Famalicão	N.º de encontros de pais dinamizados N.º de parceiros envolvidos	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

Qualificação da População Ativa



Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis	Indicadores	Prioridade
Promover a formação ao longo da vida da população ativa mais desqualificada	Recolher informação sobre oferta formativa e diversificar os canais de divulgação	Grupo de trabalho da Educação da Rede Social IEFP Rede de escolas e agrupamentos de escolas Outros operadores de formação	N.º de novos canais de informação ativados	
	Operacionalizar ofertas de formação, privilegiando ofertas com dupla certificação	IEFP Rede de escolas e agrupamentos de escolas Outros operadores de formação	N.º de cursos realizados N.º de participantes	
	Operacionalizar cursos de português para estrangeiros	CLAIM Outros operadores (nomeadamente dinamizados pelas Juntas de Freguesias)	N.º de cursos realizados N.º de participantes	
Recuperar jovens desqualificados para o ensino/ formação	Dinamizar projetos de marketing das vias de dupla certificação e profissões, com envolvimento dos atores escolares e extra escolares	IEFP Rede de escolas e agrupamentos de escolas Município Empresas	N.º de eventos anuais realizados N.º de entidades representadas N.º e Tipologia de materiais de divulgação criados	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

PLANO DE AÇÃO ASSOCIADO AO DOMÍNIO DE ANÁLISE **CAPITAL INCLUSIVO**

CAPITAL INCLUSIVO

O *Domínio de análise* Capital Inclusivo apresenta uma diversidade de elementos de diagnóstico bastante significativa, por comparação aos outros dois domínios. Do ponto de vista da apropriação desta dimensão pretende-se fazer o retrato da forma como o Montijo é um território capaz de tirar partido da sua singularidade como território mais coeso, ou seja, com maior capacidade de se antecipar e adaptar às tendências evolutivas (ideia basilar do princípio da Coesão Territorial).

Violência Doméstica e de Género

Evidências dos constrangimentos
O concelho do Montijo apresenta historicamente menores níveis de criminalidade que a média registada na Área Metropolitana de Lisboa, mas encontra-se acima da taxa de criminalidade para o conjunto do país. Numa ótica estritamente social, no entanto, o facto mais marcante é o peso crescente que tem vindo a ser assumido pelos crimes contra as pessoas e, dentro destes, dos crimes contra a integridade física, no seio dos quais avultam cada vez mais os crimes de violência doméstica. De facto, a violência doméstica emerge neste exercício como uma dimensão a ter em linha de conta nas prioridades de intervenção da Rede Social, embora se torne impossível de obter dados estatísticos sobre estas matérias, revelando por esse motivo necessidades ao nível da sinalização e levantamento de necessidades para que se concretize a evidência percecionada. Em todo o caso, a Rede Social tem desenvolvido ações concretas, nomeadamente a organização de Fóruns temáticos, como o ocorrido recentemente (final de Novembro de 2018). No entanto, pouco se conhece sobre a problemática da violência sobre os idosos/as e deficientes, facto que deverá merecer melhor atenção por parte das entidades responsáveis nesta matéria. Dados nacionais recentes mencionam que 88% das vítimas de violência doméstica são mulheres, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, sendo o agressor, habitualmente, o companheiro da vítima, em cerca de 68.5% das situações.35 Para além das consequências físicas que a agressão exercida tem sobre as mulheres, coloca-as, também, em situação de grande vulnerabilidade, nomeadamente, ao nível do emprego (ausência ao trabalho para tratamento médico ou psicológico, não promoção, etc.), isolamento, perturbações emocionais e, até mesmo, em risco de suicídio. Para além da vítima direta (a mulher), importa ponderar sobre os riscos relativos às crianças, sendo que estas são, muitas vezes, testemunhas da violência interparental.

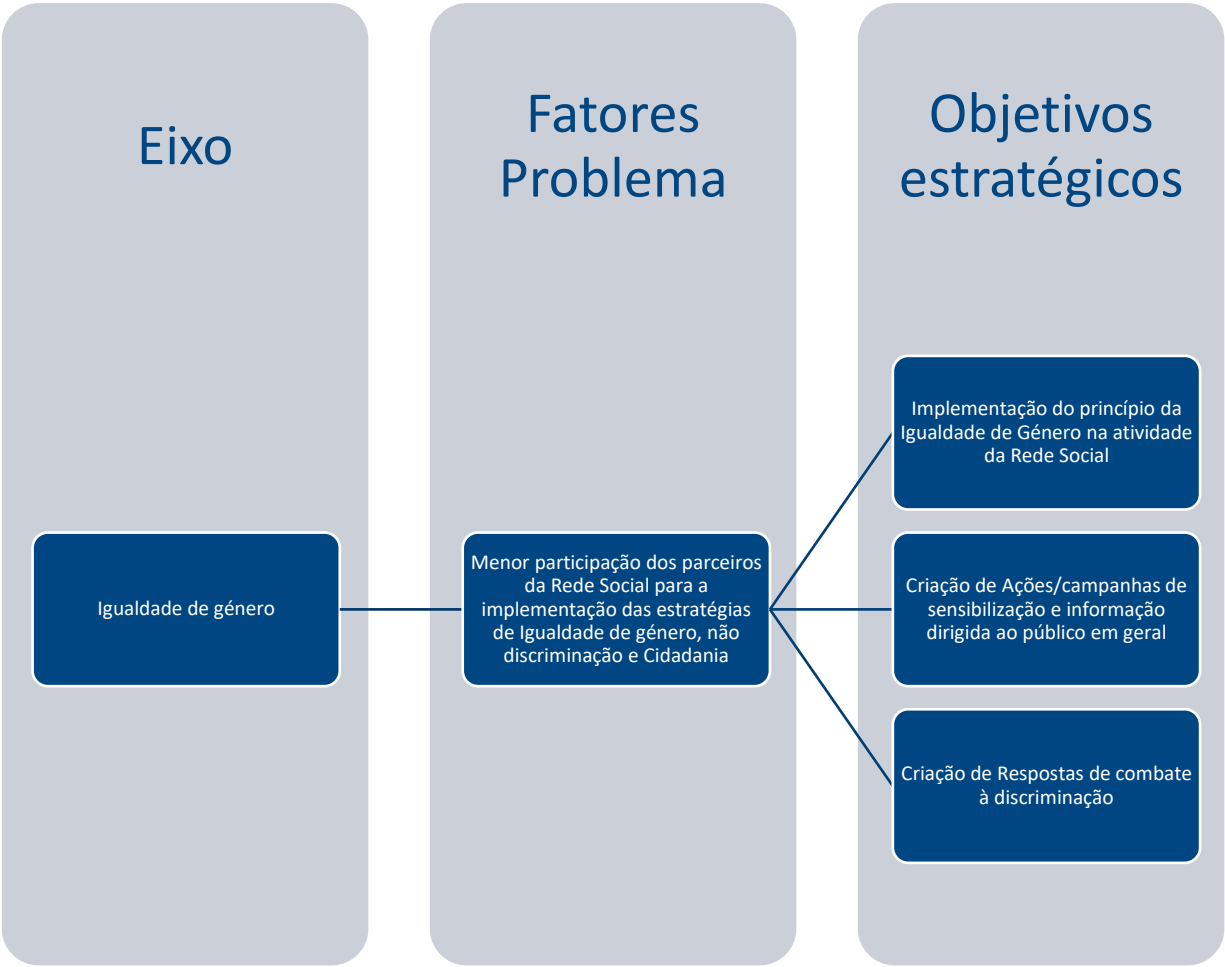
Eixo
Fatores Problema
Objetivos estratégicos
Violência doméstica e de género
Fragilidade das Respostas de prevenção e combate à Violência doméstica
Menor sensibilização da comunidade para o fenómeno da VD
Criar respostas de prevenção e proteção de vítimas de violência
Intervenções e formação com agressores
Sensibilizar a comunidade educativa dinamizando as parcerias estabelecidas
Criação e dinamização de uma campanha de informação e sensibilização, dirigida à comunidade

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Criar respostas de prevenção e proteção de vítimas de violência	Contemplar novos projetos que visam uma resposta mais articulada e partilhada entre diferentes projetos que se dirigem a prevenir e combater a violência doméstica, nomeadamente em contextos familiares de maior vulnerabilidade e exposição ao risco social	CMM CPCJ APAV	Nº ações de informação/sensibilização, dirigidas aos parceiros do CLAS, profissionais, sobre técnicas de encaminhamento e sinalização de vítimas Capacidade Instalada no concelho em respostas para Vítimas de Violência Doméstica Nº de sinalizações efetuadas Nº de crianças abrangidas pelas intervenções	
	Constituição de resposta de intervenção integrada com agressores	Autarquias APAV CPCJ Parceiros da Rede Social IPSS's	Nº de agressores abrangidos pelas intervenções	
Sensibilizar a comunidade educativa para o tema da Violência dinamizando as parcerias estabelecidas	Ações de sensibilização (sociodrama) baseadas no elemento de violência de género na juventude (p.e., violência no namoro).	CMM CPCJ APAV Rede de escolas e agrupamentos de escolas Forças de segurança Parceiros da Rede com intervenção na problemática da violência de género	Nº de atividades realizadas Nº de Agrupamentos de Escolas participantes Nº de iniciativas realizadas N.º de parceiros envolvidos N.º de Alunos abrangidos	
	Monitorização e divulgação das atividades de prevenção da violência desenvolvidas pelos Agrupamentos de Escolas			
Criação e dinamização de uma campanha de informação e sensibilização, dirigida à comunidade para a violência familiar	Ações/campanhas de sensibilização e informação dirigida ao público em geral, sobre temas relevantes no âmbito da Igualdade e da violência doméstica e de género	CMM CPCJ APAV Forças de segurança Parceiros da Rede com intervenção na problemática da violência de género Comunidade em geral	Adesão/envolvimento de entidades parceiras Nº de ações de sensibilização e informação dirigidas à comunidade educativa, sobre a violência doméstica e de género Nº de ações de sensibilização sobre violência exercida contra as pessoas idosas Nº de ações/campanhas de sensibilização e informação dirigida ao público em geral, sobre temas relevantes no âmbito da Igualdade e da violência doméstica e de género N.º de pessoas abrangidas	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

Igualdade de Género, Não Discriminação e Cidadania

Evidências dos constrangimentos
A definição de uma política local para a promoção da igualdade de género é central para a observação e promoção dos direitos humanos e de cidadania e indicativa do desenvolvimento dum território, pelo que se impõe integrar o princípio da igualdade de género de forma transversal nas diversas áreas e domínios da intervenção do município. A par do documento estratégico que se encontra em revisão pela Câmara Municipal no âmbito da definição de uma estratégica para a Igualdade, não discriminação e Cidadania, o PDSS prevê alguns pontos de articulação com estes princípios, nomeadamente o potencial contributo ativo da Rede Social para a implementação do princípio da Igualdade de Género na atividade da Rede Social (*mainstreaming* de género), para a participação na elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e para o desenho de Respostas de combate à discriminação, seja estas baseadas nas deficiências e incapacidades ou na orientação sexual dos munícipes do Montijo.

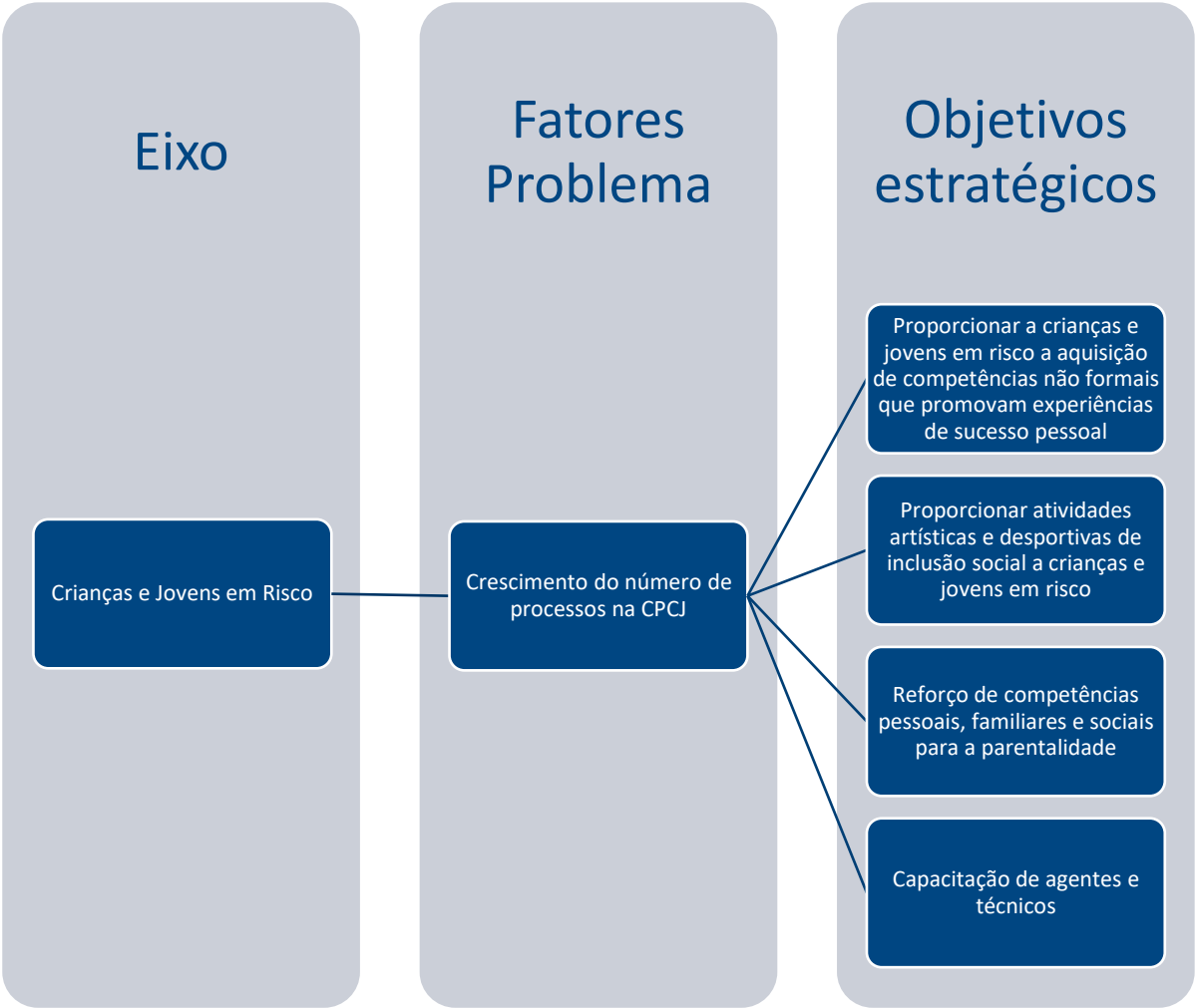


Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Contribuir para a implementação do princípio da Igualdade de Género na atividade da Rede Social	Acompanhamento e implementação de ações de sensibilização e/ou programas sobre a igualdade de género e outras formas de discriminação, no âmbito estratégia local para a implementação da Igualdade no município	Grupos de trabalho da Rede Social Parceiros da RSM Entidades de Advocacy representantes dos grupos LGBTI	Entidades participantes em processos de implementação de ações de sensibilização e/ou programas sobre a igualdade de género e outras formas de discriminação	
	Participação na elaboração do Plano Municipal para a Igualdade	Grupos de trabalho da Rede Social Parceiros da RSM	Nº e tipologias de ações em que os parceiros foram envolvidos Plano para a Igualdade elaborado	
Criação de Ações/campanhas de sensibilização e informação dirigida ao público em geral, sobre temas relevantes no âmbito da Igualdade, da não discriminação e da cidadania	Dinamizar ações de formação/workshops com vista a capacitar técnicos com competências nas áreas da liderança, assertividade, comunicação e relações interpessoais, inteligência emocional, gestão de conflitos, criatividade, inter e multiculturalidade, questões LGBTI, Direitos Humanos e Igualdade de Género, não discriminação com base na deficiência/incapacidade	Grupos de trabalho da Rede Social Parceiros da RSM Entidades de Advocacy representantes dos grupos LGBTI	N.º de ações realizadas N.º de profissionais abrangidos N.º de entidades parceiras envolvidas	
Criação de Respostas de combate à discriminação	Criação de um Grupo de provedores que realizem a análise e encaminhamento das situações de discriminação e bulliyng associado à orientação sexual e à incapacidade /Deficiência. Inclui a sistematização e tratamento de queixas de discriminação e crimes de ódio recolhidas a partir dos diversos serviços	Grupos de trabalho da Rede Social Parceiros da RSM Entidades de Advocacy representantes dos grupos LGBTI Forças de Segurança	Criação do grupo N.º de queixas recebidas, por tipologia de motivo N.º de queixas tratadas/encaminhadas, por tipologia	
	Serviço de Aconselhamento Psicológico a vítimas de discriminação, bulliyng e crimes de ódio	CMM Grupos de trabalho da Rede Social Parceiros da RSM	Serviço criado N.º de vítimas atendidas, por tipologia de motivos	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

Crianças e Jovens em Risco

Evidências dos constrangimentos
Paralelamente à violência doméstica, a problemática das crianças e jovens em risco constitui um dos pilares da intervenção da Rede Social do Montijo. Na sequência dos dados da CPCJ presentes no relatório anual de atividades da CPCJ referente ao 1º semestre de 2018, constata-se que o movimento processual operado nos últimos anos apresenta valores considerados preocupantes, seja pelo seu volume absoluto (280 processos), seja pela dinâmica de crescimento registada (transitados do ano de2017 para2018 144processos). Por outro lado, constatam-se casos reincidentes com a reabertura de 31 processos. Do ponto de vista das tipologias de risco sinalizadas nos processos instaurados pela CPCJ, verifica-se que os comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina são os mais expressivos e muitos deles associados a situações de violência/ conflito), seguidos de exposição da criança a comportamentos de podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento Em termos de repartição por grupo etário, por seu turno, interessa referir que pouco mais de metade dos processos instaurados envolvem crianças/jovens integrados nos escalões dos 11-14 anos e 15-17 anos. Do ponto de vista da incidência territorial, é na freguesia urbana que a esmagadora maioria dos casos é sinalizada.

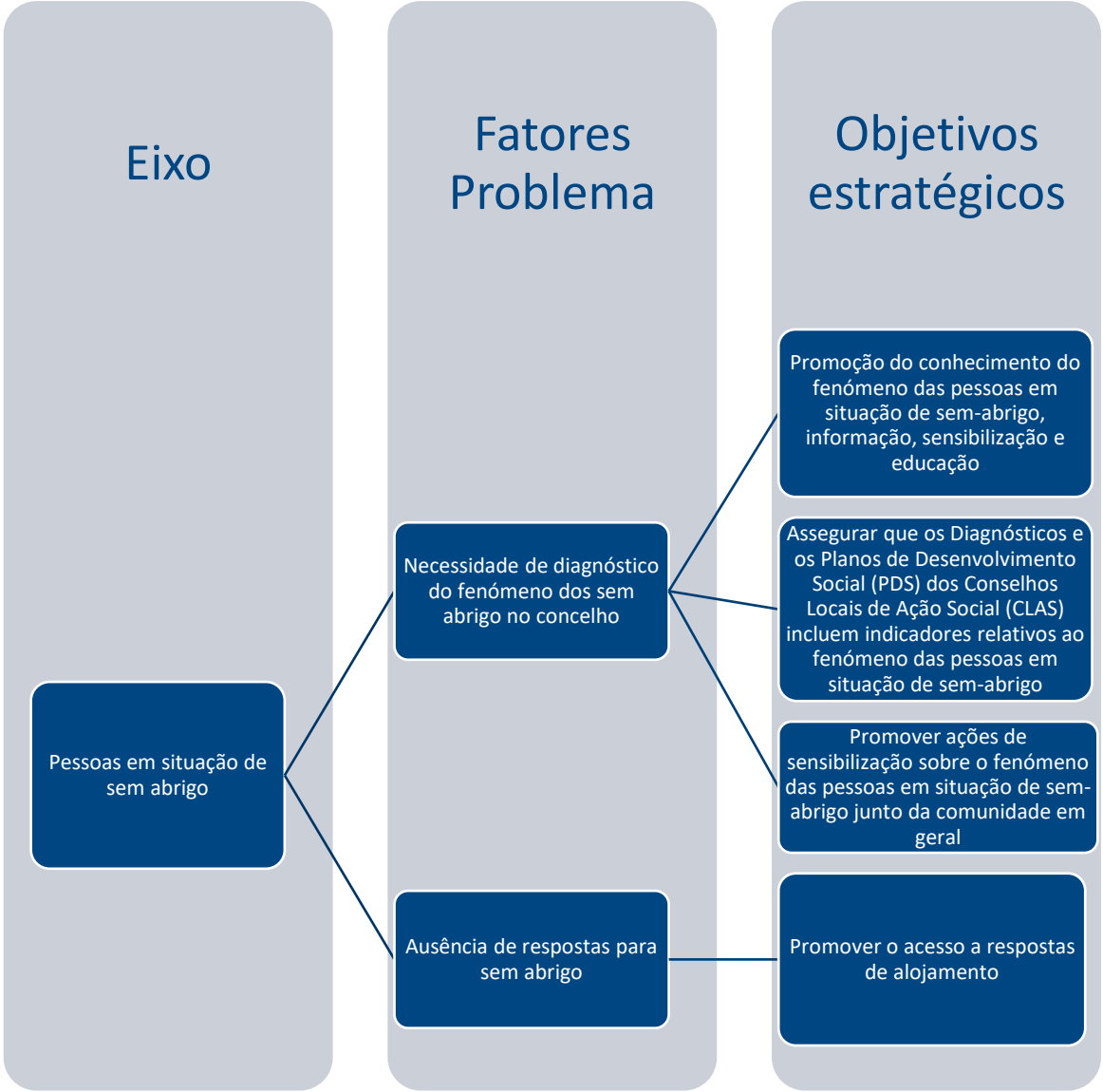


Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Proporcionar a crianças e jovens em risco a aquisição de competências não formais que promovam experiências de sucesso pessoal.	Atividades artísticas e desportivas de inclusão social a crianças e jovens em risco. Criação de ateliês nos períodos de férias Acompanhamento educativo e social das famílias e das crianças Criação de ateliês de música, dança, dramatização, pintura, xadrez, cidadania e desenvolvimento pessoal Festival de Jazz para angariar fundos de manutenção do projeto	Grupos de trabalho da Rede Social Rede de escolas e agrupamentos de escolas	N.º de crianças e jovens em risco envolvidos nas atividades Nº de processos entrados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens % de novos processos no total de processos entrados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens % de processos reabertos no total de processos entrados na CPCJ % de medidas em regime de colocação em instituição no total de medidas aplicadas	
Proporcionar atividades artísticas e desportivas de inclusão social a crianças e jovens em risco que dificilmente têm acesso a determinados bens e experiências culturais.	Ateliers durante os períodos de interrupção escolar. As atividades serão pautadas por conteúdos que favoreçam momentos/experiências mobilizadoras de motivação pessoal e incremento de autoestima: ✓ Criação de ateliês nos períodos de férias ✓ Criação de ateliês de música, dança, dramatização, pintura, xadrez, cidadania e desenvolvimento pessoal.	Grupos de trabalho da Rede Social Rede de escolas e agrupamentos de escolas CRAM	N.º de Ações Tipologia de Ações N.º de crianças e jovens em risco sinalizadas pelos técnicos de intervenção social que participam nas atividades, por tipo	
Reforço de competências pessoais, familiares e sociais para a parentalidade	Promover a capacitação das famílias e a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens e reforçar a participação e o envolvimento das famílias nos processos educativos e escolares dos seus educandos Implementar ações/projetos para o reforço e desenvolvimento de competências parentais e da parentalidade positiva	CLDS CPCJ ABRIGO – Associação Portuguesa de Apoio à Criança SCMM	N.º de Ações Tipologia de Ações Nº de pais e encarregados de educação abrangidos	
Capacitação de agentes e técnicos	Ações direcionadas para a capacitação de técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJ] e do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental [CAFAP], professores, auxiliares de ação educativa, profissionais de saúde, etc.), fomentando assim uma maior e melhor capacidade de referenciação e acompanhamento de crianças e dos jovens sinalizados.	Grupos de trabalho Rede Social Rede de escolas e agrupamentos de escolas SCMM CLDS CPCJ CNPDPCJ ABRIGO – Associação Portuguesa de Apoio à Criança	N.º de Ações Tipologia de Ações Nº de técnicos envolvidos nos processos de capacitação	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

Prevenção do Fenómeno das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (PSSA)

Evidências dos constrangimentos
Embora a ausência de respostas para pessoas sem abrigo não se tenha revelado um problema prioritário, face ao número residual de casos detetados, a sua dimensão preventiva e o real conhecimento do fenómeno, constitui uma linha Ação a introduzir neste Plano. Esta inclusão é motivada pelo desafio que a Direção Regional de Segurança Social de Setúbal fez â Rede Social do Montijo no âmbito de preparar condições de suporte à sinalização e prevenção de casos no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) Não obstante não se tratar, ainda, de uma situação alarmante, alerta-se para o aparecimento de casos recentes de pessoas em situação de sem-abrigo (5 casos em 2 meses), resultado do aumento de rendas que se tem feito sentir nos últimos tempos, não havendo centros de abrigo para dar resposta a estes novos casos. Também se assiste a um aumento recente dos pedidos de ajuda alimentar. Acresce que, num contexto territorial de instalação de um aeroporto metropolitano, os respetivos impactos na configuração social e circulação de pessoas, poderão ser visíveis a médio prazo, sendo plausível que este fenómeno venha a estar mais presente no território, pelo que se justifica a sua inclusão neste PDSS.

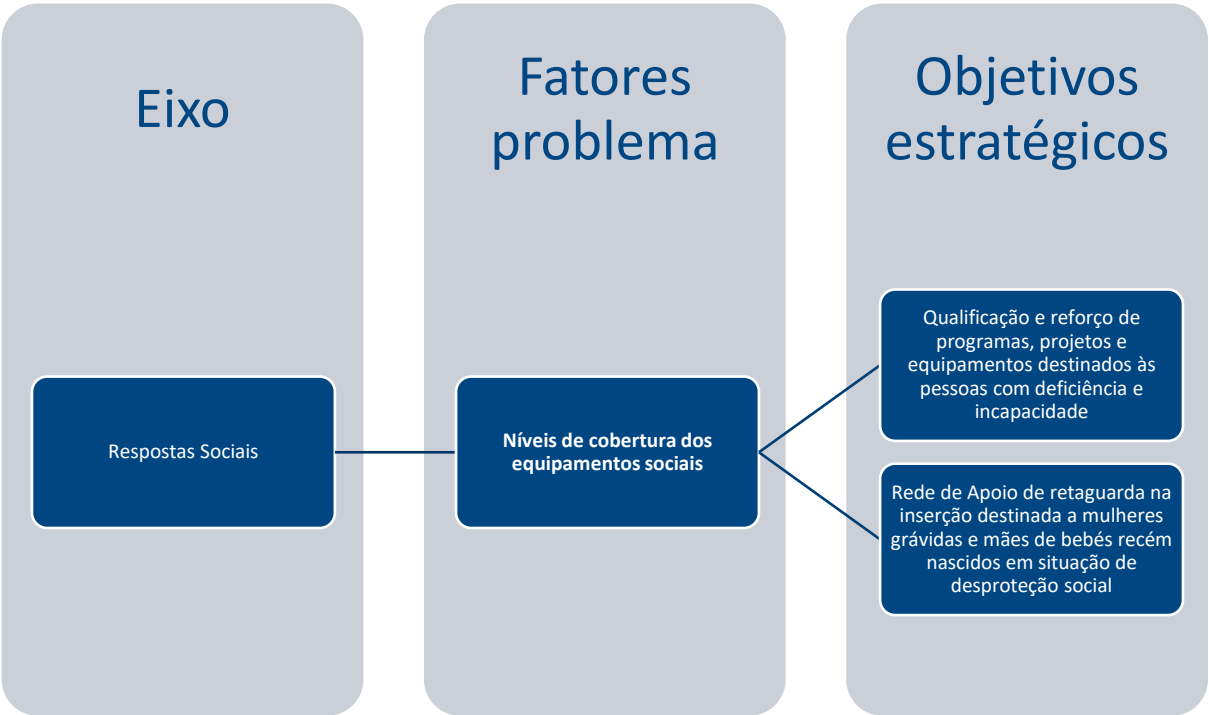

Eixo
Fatores Problema
Objetivos estratégicos
Pessoas em situação de sem abrigo
Necessidade de diagnóstico do fenómeno dos sem abrigo no concelho
Ausência de respostas para sem abrigo
Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação
Assegurar que os Diagnósticos e os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) incluem indicadores relativos ao fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo
Promover ações de sensibilização sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo junto da comunidade em geral
Promover o acesso a respostas de alojamento

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo	Garantir a monitorização do fenómeno no Concelho Garantir a monitorização do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo entre 2019 e 2023 através da recolha e análise da informação em instrumentos específicos e gestão de uma base de dados concelhia	CMM SCMM União Mutualista Parceiros da Rede Social do Montijo Grupos de trabalho da Rede Social NPISA	Nº de PSSA sinalizadas Nº de PSSA que acedem a pelo menos 1 das respostas sociais concelhias % de PSSA sinalizadas à coordenação do NPISA estão inseridas e caraterizadas na base de dados concelhia	
Assegurar que os Diagnósticos e os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) dos CLAS incluem indicadores relativos ao fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo	Assegurar a consensualização dos indicadores relevantes para a monitorização do fenómeno no Concelho (indicadores de risco e indicadores de caracterização) com os propostos pela ENIPSSA 2017-2023	CMM SCMM União Mutualista Parceiros da Rede Social do Montijo Grupos de trabalho da Rede Social	Nº de instrumentos da Rede Social que integram os indicadores de risco e de caraterização do fenómeno	
Promover ações de sensibilização sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo junto da comunidade em geral tendo em vista o combate à discriminação	Criação de uma 1 ação anual de sensibilização destinada à população urbana do Montijo	CMM SCMM União Mutualista Parceiros da Rede Social do Montijo Grupos de trabalho da Rede Social NPISA	Nº de ações de sensibilização N.º de pessoas abrangidas	
Promover o acesso a respostas de alojamento permanente e à medida, com base na natureza e diversidade das pessoas em situação de sem abrigo, reduzindo as formas mais severas	Aumentar o acesso a soluções de habitação existentes ou a criar, privilegiando o alojamento permanente em habitações individualizadas (modelo Housing First ou Housing Led)	CMM	Nº de fogos de habitação social existentes disponíveis Nº de PSSA sinalizadas que estão inscritas para habitação social;	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

Respostas Sociais

Evidências dos constrangimentos
A análise efetuada pelo IESE à Carta Social 2018 apresenta números atualizados que se cruzaram com as diversas entrevistas realizadas no concelho. No âmbito da Infância e Juventude, a situação global não é preocupante, á exceção das respostas destinadas às pessoas com deficiência. De facto, a resposta de intervenção precoce apresenta uma utilização no limite e que pode inspirar preocupações a curto prazo, pois apresenta já uma lista de espera de 40 utilizadores. Adicionalmente, não se registam respostas de Lar de Apoio e Transporte de Pessoas com Deficiência. Outra situação problema é encontrada nas respostas para as crianças e jovens em situação de perigo. O Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental existe tem a sua lotação esgotada e não existem respostas auxiliares como Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens e o Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens. No segmento da População adulta, uma das dimensões problema com maior significado ao nível das necessidades de priorização prende-se com a deficiente taxa de utilização ao nível da manutenção da qualidade de vida da população idosa e com deficiência. Neste sentido, e no quadro desta auscultação dos atores do território, fica patente que existem respostas ainda insuficientes como o Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário e as valências para a população adulta com deficiência como o Centro de Atividades Ocupacionais e, sobretudo, a ausência de uma resposta de Estrutura Residencial para este público. Estes dados corroboraram os dados apresentados na matriz principal e evidenciam que Montijo apresenta um défice generalizado na Estrutura Residencial para Idosos em todas as freguesias do concelho, sem exceção. No caso específico da deficiência, a elevada taxa de utilização do CAO (uma lista de espera de 29 pessoas) e a inexistência de um Lar Residencial constituem as maiores preocupações da CERCIMA. De facto, também a residência autónoma se regista insuficiente para a elevada procura. Já no segmento da Família e Comunidade, não se registam lacunas significativas nas respostas, à exceção das Cantina Social que apresenta uma elevada taxa de utilização muito acima da capacidade instalada.

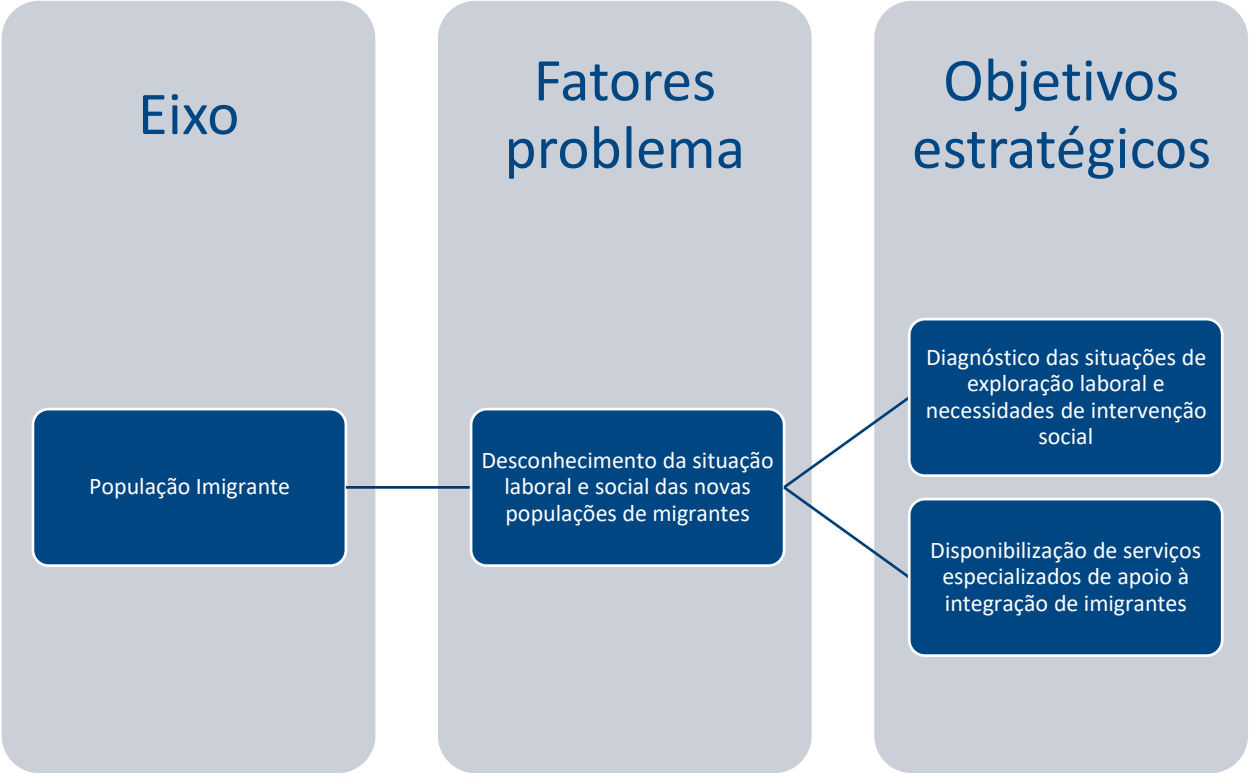


Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Qualificação e reforço de programas, projetos e equipamentos destinados às pessoas com deficiência e incapacidade	Aumento do Nº de vagas na resposta de Centro de Atividades Ocupacionais, com acordo/contrato de cooperação Aumento do Nº de vagas na resposta Intervenção precoce	Grupos de trabalho Rede Social ISS, IP INR AFPDM ACES Arco Ribeirinho	Nº de vagas na resposta de CAO, com acordo/contrato de cooperação Taxa de utilização da capacidade disponibilizada no CAO Capacidade disponibilizada no Lar Residencial Taxa de utilização da capacidade disponibilizada no Lar Residencial Capacidade disponibilizada no âmbito da Intervenção Precoce Taxa de utilização da capacidade disponibilizada no âmbito da Intervenção Precoce	
	Construção de Lar Residencial para pessoas com deficiências (24 pax)	ISS, IP INR CMM CERCIMA		
Promover a Autonomia e a Vida Independente	Candidatura CAVI	ISS, IP CMM INR CERCIMA	Nº de indivíduos com deficiência e/ou incapacidades abrangidos Nº de indivíduos com deficiência e/ou incapacidades apoiados	
Apoio de retaguarda na inserção destinada a mulheres grávidas e mães de bebés recém-nascidos em situação de desproteção social	Rede de Apoio de retaguarda na inserção destinada a mulheres grávidas e mães de bebés recém-nascidos em situação de desproteção social residência (Creches e inserção social no mercado de trabalho das mães) Apoio em situações de ilegalidade, dificuldade no acesso ao arrendamento e em situação de desemprego de longa duração.	Santa Casa da Misericórdia do Montijo União Mutualista CPCJ	N.º de mulheres grávidas N.º de jovens mães intervencionadas N.º de respostas ativadas	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

População Imigrante

Evidências dos constrangimentos
Nos anos mais recentes regista-se uma procura crescente de imigrantes que procuram residência na freguesia, com destaque para oriundos da Ásia que encontram trabalho nas atividades agrícolas. O crescimento do fluxo de imigrantes que se pretende fixar nas freguesias rurais, maioritariamente Nepaleses e Indianos, é a maior preocupação atual dos representantes da Junta de Freguesia. A maioria não se encontra em situação legal porque não têm contrato de trabalho e desistem do processo de legalização, o que condiciona a margem de intervenção das instituições públicas. A título de exemplo, a Freguesia de Pegões regista um crescimento acentuado do fluxo de imigrantes, estimado em cerca de 400 novos pedidos de autorização de residência diários, desde o início de 2018. Na maioria dos casos trata-se de imigração de famílias, entre as quais cerca de 30 crianças estão já inseridas na rede pública escolar.



Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Diagnóstico das situações de exploração laboral e necessidades de intervenção social	Realizar um diagnóstico que permita sinalizar e caracterizar o novo movimento de migrantes que se encontram a trabalhar e viver nas freguesias rurais do concelho, no sentido de detetar situações de carência social, educativa e de regulação do estatuto, assim como caracterizar as respetivas condições profissionais e detetar situações de exploração laboral	Centro Local de Apoio à Integração do Migrante (CLAIM) Juntas de Freguesia Empresas Forças de Segurança Agrupamentos de escolas	Diagnóstico realizado N.º de imigrantes identificados N.º de imigrantes em situação de exploração sinalizados N.º de imigrantes em situação de carência social	
Disponibilização de serviços especializados de apoio à integração de imigrantes	Desenvolvimento de iniciativas promotoras da inclusão social e do diálogo intercultural	Centro Local de Apoio à Integração do Migrante (CLAIM)	N.º de iniciativas realizadas Tipologia de iniciativas realizadas N.º de imigrantes participantes	
	Programa Regressar Disponibilização de atendimento personalizado e confidencial à população imigrante do Concelho do Montijo nas seguintes áreas: - Legalização (regularização da situação migratória) -Nacionalidade - Reagrupamento familiar - Garantir o acesso à Saúde, Educação, Emprego, Apoio Social e Jurídico – através da articulação e encaminhamento para diversas instituições; -Retorno Voluntário - Agendamentos para o SEF.	Centro Local de Apoio à Integração do Migrante (CLAIM)	N.º de pessoas de nacionalidade estrangeira com estatuto de residente (por nacionalidade) N.º de pessoas de nacionalidade estrangeira que solicitaram estatuto de residente (por nacionalidade) N.º de pessoas de nacionalidade estrangeira que solicitaram apoio do CLAIM, por tipologia de apoio	

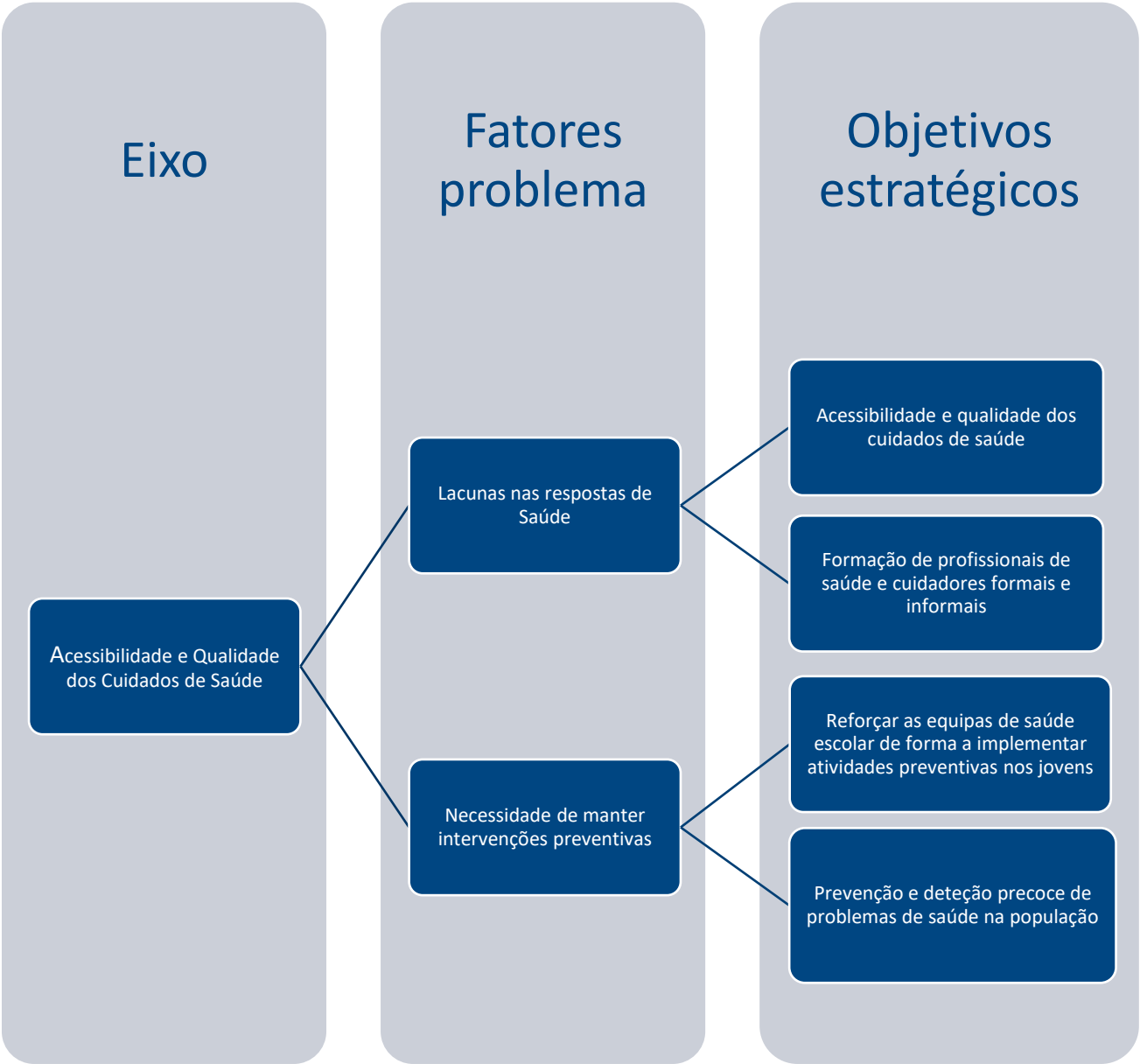
Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

PLANO DE AÇÃO ASSOCIADO AO DOMÍNIO DE ANÁLISE **SAÚDE**

SAÚDE

Acessibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde

Evidências dos constrangimentos
O concelho de Montijo tem vindo a acompanhar a tendência global de aumento da esperança média de vida, refletindo assim os progressos alcançados ao nível da eficácia dos cuidados de saúde prestados às populações e, em sentido mais amplo, das respetivas condições e padrões de vida. Neste sentido, a taxa bruta de mortalidade acompanha os valores da região AML e situa-se abaixo da linha média do continente. Contudo, a análise realizada permitiu identificar carências ao nível dos recursos humanos, dos recursos físicos (desgaste dos carros, meios informáticos e outros meios logísticos) e de algumas respostas de proximidade, como a ausência de apoio a cuidadores formais e informais (escassez de respostas, horário de respostas insuficientes para os cuidados ao domicílio e menor qualidade do desempenho profissional prejudicado por falta de formação). Do ponto de vista das respostas de saúde existentes no território, problemas latentes na prestação de cuidados de saúde básicos e especializados. A reforçar este posicionamento frágil, o número de Consultas médicas nos hospitais por habitante é bastante diminuta e abaixo dos valores nacionais e da AML (0,2). Uma outra dimensão problema reside na estrutura de recursos humanos de saúde, nomeadamente a dificuldade de recrutamento de médicos de família e especialistas para o concelho. O Diagnóstico Social uma evolução estagnada ao nível dos recursos de saúde, sobretudo na leitura dos rácios de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes, onde o Montijo apresenta valores claramente abaixo da NUT e do resto do continente. A auscultação dos atores evidencia perceções preocupadas com a falta de médicos de família, embora se preveja a instalação de uma USF que visa contornar aquela carência. Por último, a necessidade de manter intervenções preventivas, sobretudo pela sensibilização da comunidade escolar para práticas de vida saudável constitui uma das linhas orientadoras deste Eixo.


Eixo
Fatores problema
Objetivos estratégicos
Acessibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde
Lacunas nas respostas de Saúde
Necessidade de manter intervenções preventivas
Acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde
Formação de profissionais de saúde e cuidadores formais e informais
Reforçar as equipas de saúde escolar de forma a implementar atividades preventivas nos jovens
Prevenção e deteção precoce de problemas de saúde na população

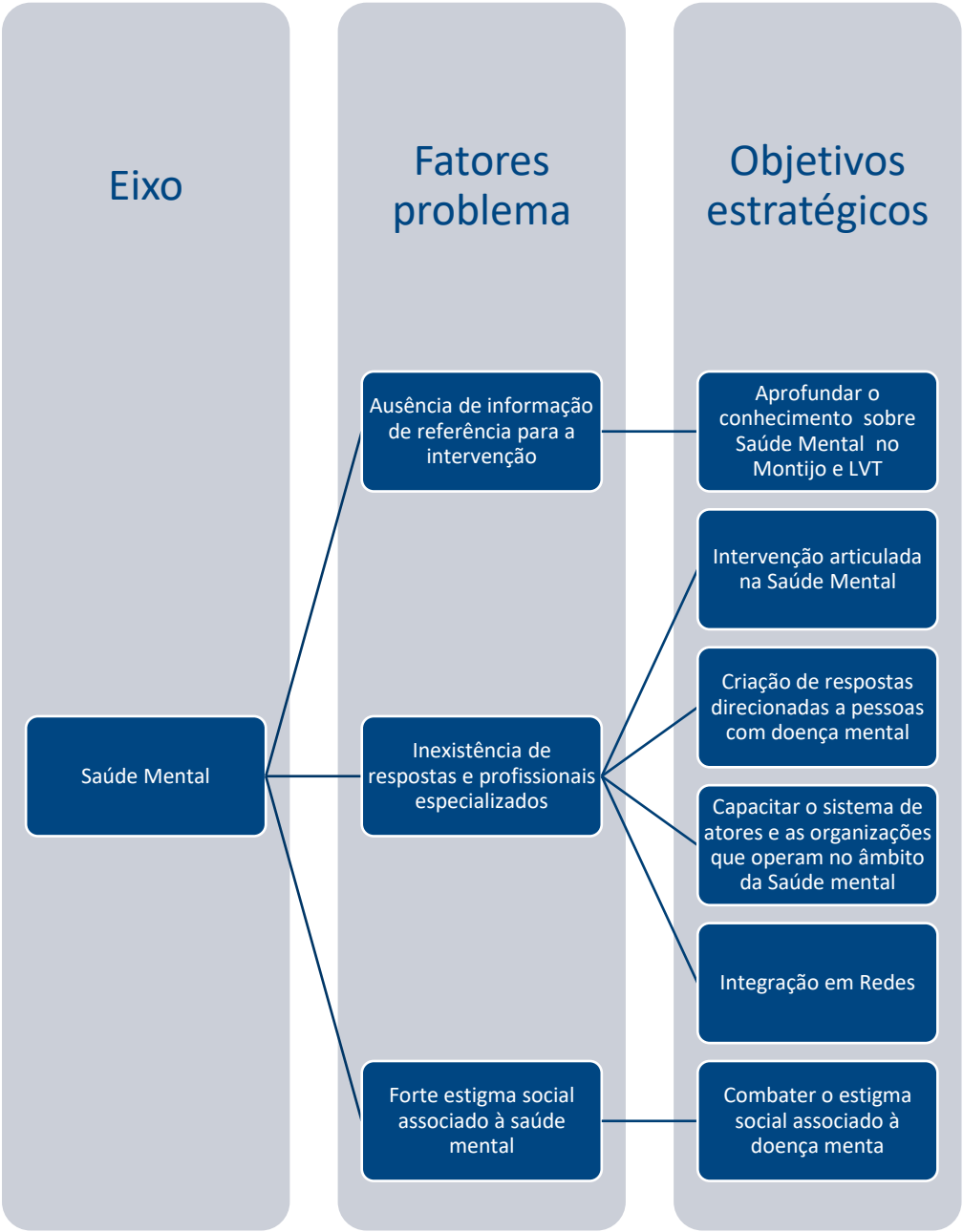
Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde	Criação de Unidade de Saúde Familiar Aumento/ melhorar a equipa da saúde (problemas de gestão e RH) Contratação de RH (médicos, assistentes técnicos, enfermeiros, etc) Renovação de frota automóvel com motorista	ACES Arco Ribeirinho Ministério da Saúde CMM	Idade média à data do óbito -Nº de médicos por 1.000 habitantes Nº de enfermeiros por 1.000 habitantes % de utentes inscritos com médico de família nos serviços de cuidados primários Nº médio de consultas por utente inscrito nos serviços de cuidados primários Nº de camas hospitalares Taxa de ocupação de camas hospitalares Nº de doentes na lista de espera para consulta hospitalar Tempo médio de espera para realização de consulta hospitalar Nº de doentes na lista de espera para cirurgia Tempo médio de espera para intervenções cirúrgicas	
Formação de profissionais de saúde e cuidadores formais e informais	Criação de equipa de voluntários para cuidadores informais.	ACES Arco Ribeirinho Ministério da Saúde CMM Parceiros do CLAS	N.º de equipas de cuidadores informais criadas N.º de voluntários mobilizados	
	Ações de formação para cuidados formais e informais	ACES Arco Ribeirinho Ministério da Saúde CMM Parceiros do CLAS	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de participantes nas ações	
	Criar equipas de saúde que apoiem o utente no apoio domiciliário, 24h (Reforçar equipa de saúde em Pegões, St Isidro, Canha)	ACES Arco Ribeirinho Ministério da Saúde CMM Parceiros do CLAS	N.º de equipas de Apoio domiciliário criadas, por território	
	Ações de formação aos profissionais de saúde nas áreas dos instrumentos médicos e programas técnicos	ACES Arco Ribeirinho Ministério da Saúde CMM	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de participantes nas ações	
	Ações de pressão e fiscalização sobre as entidades que não cumprem as recomendações médicas da Medicina do Trabalho	ACES Arco Ribeirinho Ministério da Saúde CMM Parceiros do CLAS	Nº de ações de fiscalização realizadas Nº entidades que regularizam a situação em termos de recomendações médicas da Medicina do Trabalho	
Reforçar as equipas de saúde escolar de forma a implementar atividades preventivas nos jovens	Programa de saúde escolar ACES Arco Ribeirinho - Ações destinadas às crianças/jovens nos estabelecimentos de ensino	ACES Arco Ribeirinho CMM Agrupamentos de Escolas Paceiros da Rede Social	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas N.º de escolas envolvidas N.º de alunos participantes	
	Projeto literacia na saúde – ACES Arco Ribeirinho		Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de participantes nas ações Entidades envolvidas N.º de consultas realizadas, por tipo Nº de pessoas que cessaram hábitos tabágicos Nº de pessoas que alteraram hábitos alimentares	
	Dinamizar ações no domínio da atividade física, da alimentação saudável, e outras promotoras da vida saudável			
	Reforçar o programa a nível da atividade física e ocupacional			
	Dinamização de parcerias no combate ao sedentarismo, obesidade e encaminhamentos para Consulta de cessação tabágica			

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
	Consultas de nutrição para pré diabéticos, combate ao sedentarismo e má alimentação Implementação da iniciativa "Walk with a Doc" (iniciativa internacional) -caminhada com os profissionais de saúde e os médicos (USF Montijo)			
Prevenção e deteção precoce de problemas de saúde na população	Programa estruturado de intervenção no âmbito da prevenção e deteção precoce de problemas de saúde (Ações de sensibilização, rastreio e acompanhamento clínico, promoção de estilos de vida saudáveis) Criar equipas de voluntários para apoio à população vulnerável	ACES Arco Ribeirinho CMM Agrupamentos de Escolas Paceiros da Rede Social	N.º de campanhas realizadas N.º de rastreios realizados N.º de equipas criadas N.º de voluntários envolvidos N.º de entidades aderentes	

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

Saúde Mental

Evidências dos constrangimentos
Paralelamente aos problemas latentes na prestação de cuidados de saúde básicos e especializados, a dimensão problema mais significativa que decorreu do processo de auscultação dos atores do município reside no conjunto de fatores associados à Saúde Mental. Esta é uma dimensão-problema evidente, para o qual faltam respostas especializadas e que pressiona as respostas tradicionais nem sempre são ajustadas às necessidades das pessoas com doença mental, p.ex., regista-se um aumento do número de casos de beneficiários de RSI com doença mental, casos de pessoas com doença mental que não se enquadram em perfil de habitação social. Paralelamente existe uma evidente dificuldade em que as entidades com competência assumam responsabilidades, em especial respostas ajustadas que não passem necessariamente pelo internamento (para o qual há falta de vagas). À exceção de algumas freguesias, esta dimensão é apontada quase unanimemente como a dimensão mais desafiante do próximo período de programação dos instrumentos de planeamento da Rede Social do Montijo. Nesse contexto, reconhece-se o potencial de atuação da Rede Social na vertente informativa, em particular com a mobilização da Segurança Social e do ACES, bem como no âmbito da prevenção junto da população escolar. Do ponto de vista da saúde mental foram detetados (dados referentes a 2018) um total de 13801 problemas reportados pelo ACES Arco Ribeirinho. Estes valores são evidentes e expressivos desta dimensão problema. Acresce que o potencial de existência de um número alargado de casos não sinalizados constitui um desafio da Rede Social do Montijo. Nesse sentido, registam-se igualmente lacunas em fatores de suporte à intervenção que necessitam de preparação. Neste caso, Ausência de informação de referência para a intervenção Ausência de profissionais especializados e equipas multidisciplinares Forte estigma social associado à saúde mental, assim como a necessidade de dotar a população de um conhecimento mais generalizado acerca das respostas existentes, incluindo informação sobre apoios e ajudas técnicas disponíveis. Por outro lado, permanecem inexistentes as respostas sociais destinadas aos públicos com Doença mental, tais como o Forum Sócio-Ocupacional, a Unidade de Vida Protegida, Unidade de Vida Autónoma e Unidade de Vida Apoiada.


Eixo
Fatores problema
Objetivos estratégicos
Saúde Mental
Ausência de informação de referência para a intervenção
Inexistência de respostas e profissionais especializados
Forte estigma social associado à saúde mental
Aprofundar o conhecimento sobre Saúde Mental no Montijo e LVT
Intervenção articulada na Saúde Mental
Criação de respostas direcionadas a pessoas com doença mental
Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde mental
Integração em Redes
Combater o estigma social associado à doença menta

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Aprofundar o conhecimento sobre Saúde Mental no Montijo e LVT	Sinalizar os casos de Saúde Mental através de um Diagnóstico concelhio ou inserção em diagnóstico supra concelhio Realizar um levantamento estatístico de pessoas identificadas com diagnóstico de Doença Mental na Especialidade Clínica Psiquiatria e Pedopsiquiatria (CHBM) e o número de pessoas identificadas/referenciadas pelo ACES Arco Ribeirinho com possível diagnóstico de saúde mental	DGS FNERDM ACES CERCIMA CPCJ CMM Parceiros Rede Social	Relatório com levantamento estatístico concluído Recomendações produzidas	
	Ações de formação/ qualificação de profissionais que trabalham com crianças e jovens em situação de risco e pessoas com problemáticas de saúde mental.	DGS FNERDM ACES CPCJ Parceiros Rede Social	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de participantes nas ações	
Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde mental	Formação às famílias /cuidadores como estratégia de melhoria da qualidade do apoio ao doente	DGS FNERDM ACES	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de participantes nas ações	
Combater o estigma social associado à doença mental	Evento de Partilha de experiências e debate público sobre Saúde mental	CMM FNERDM DGS ACES	Eventos realizados Entidades participantes N.º de participantes individuais	
	Mente Aberta - Mude a sua atitude face à doença mental (Contexto escolar)	CMM FNERDM DGS ACES Agrupamentos de escolas	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de crianças e jovens abrangidos pelo Projeto	
	Disponibilizar um "Toolkit" saúde mental dirigido à comunidade em geral	CMM FNERDM DGS ACES	N.º de Toolkits distribuídos N.º de pessoas alcançadas	
Intervenção articulada na Saúde Mental	Incrementar projetos e ações de cariz ocupacional, de promoção da saúde e da empregabilidade	IEFP FNERDM ACES CERCIMA CPCJ CMM Parceiros Rede Social	Nº de ações realizadas Nº de temáticas abordadas Nº de participantes nas ações Nº de pessoas apoiadas e/ou integradas	
	Experiências laborais em entidades empregadoras destinadas a pessoas em fase de recuperação ao nível da doença mental.	IEFP FNERDM ACES CERCIMA CPCJ CMM Parceiros Rede Social	Nº de candidatos e/ou formandos Nº de pessoas apoiadas e/ou integradas Nº de entidades envolvidas Tipologia de atividades desenvolvidas	
	Projetos culturais e inovação social	FNERDM ACES CERCIMA CPCJ CMM Parceiros Rede Social	N.º de projetos Nº de pessoas apoiadas e/ou integradas	

Objetivos estratégicos	Medidas operacionais	Entidades responsáveis e recursos	Indicadores e elementos de monitorização estratégica	Prioridade
Criação de respostas direcionadas a pessoas com doença mental	Participação na criação de respostas direcionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental no âmbito da NUT III: (i) Unidade sócio ocupacional (ii) Equipa de apoio domiciliário Criar até 2022 uma unidade de saúde ocupacional para no âmbito Criar até 2022 uma equipa de apoio domiciliário	CMM ACES Arco Ribeirinho	Unidade sócio ocupacional criadas N.º de Equipas de apoio domiciliário N.º de pessoas com problemas de saúde mental integradas numa unidade de saúde ocupacional N.º de pessoas com problemas de saúde mental atendidas em Apoio Domiciliário N.º de consultas de especialidades (psiquiatria, pedopsiquiatria e psicologia)	
Integração em Redes	Pedido de adesão e participação dos parceiros do CLAS em redes como a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, Rede de Cidades Saudáveis (RCS)	CMM ACES Parceiros Rede Social	N.º de redes inseridas N.º de parceiros da Rede Social ligados às Redes	
	Participação dos parceiros do CLAS Desenvolvido no âmbito de trabalhos como, p.e., o da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal, o Projeto Respostas em Saúde Mental – PreSaMe			

Legenda	Urgente	Prioritária	Regular

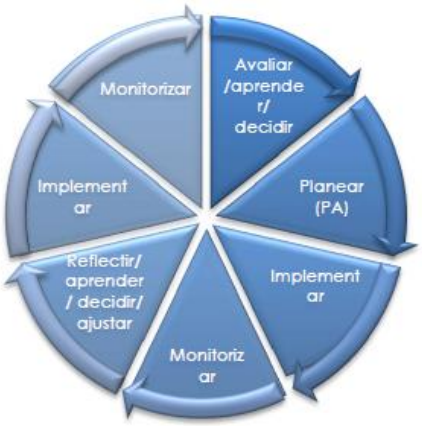
PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

No quadro de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social procurou-se evidenciar através de dados objetivos constrangimentos em diferentes áreas que possam ser tidos em conta na elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento local de Montijo nos próximo anos. A apresentação desses dados constituem do ponto de vista formal elementos importantes e decisivos para o processo estratégico de avaliação. A necessidade de serem trabalhados dessa forma emergiu também de uma perceção, tornada entretanto evidente, de que havia algumas fragilidades nesta matéria observáveis a partir dos próprios instrumentos de planeamento elaborados até ao presente.

Assim, as matrizes que estruturam este PDS, sobretudo os seus elementos quantitativos, apresentam o primeiro conjunto de indicadores que devem ser usados em exercícios de avaliação. Este tipo de indicadores evidencia, nesta fase do modelo lógico de intervenção, os constrangimentos e representam a linha de partida antes de existir uma estratégia. A importância deste tipo de indicadores é crucial pois eles servem de base para qualquer estratégia de monitorização e avaliação.

Sem este tipo de indicadores, explorados ao nível de um Diagnóstico Social, dificilmente se pode estrutura um processo de monitorização/avaliação com qualidade. A própria qualidade de uma estratégia de intervenção conclui-se, em parte, pelo facto de ter sido capaz de minimizar os constrangimentos objetivos que se apresentavam antes de ser posta em prática.

Para além destes elementos de Implementação do Plano de Ação, importará associar os elementos de Monitorização estratégica, associados à monitorização e avaliação das várias soluções estratégicas previstas no Plano. De facto, os Planos são essenciais, mas não perfazem uma solução inequívoca para os problemas aos quais desejam responder. Se estes não respondem aos resultados esperados ou se as circunstâncias mudam, então, igualmente, necessitam de revisão. Nesta situação, a monitorização e avaliação são ferramentas preciosas de reflexão, ajustamento e correção. É a partir dessas funções que é possível criar o conhecimento fundamental para apoiar a gestão da implementação do PA, na necessidade de tomadas de decisão sobre as mudanças necessárias nos planos e projetos.



Nesta lógica, importa situar algumas das questões-chave que a monitorização deve procurar responder:

- ✓ Os resultados esperados estão a ser produzidos como planeado e de modo eficiente?
- ✓ Que decisões precisam ser tomadas sobre ajustamentos no trabalho planeado em fases posteriores?
- ✓ Será que o que está planeado continua a ser relevante para a obtenção dos resultados esperados?
- ✓ Quais as aprendizagens que decorrem do que já foi executado?

Contudo, é importante reconhecer que a monitorização e a avaliação não se apresentam como “varinhas mágicas” que resolvem os problemas da ação das Redes. Em si mesmos, eles não são uma solução, mas apenas ferramentas valiosas.

Neste sentido, torna-se crucial a existência de valores de referência para as intervenções - baselines ou pontos de partida. É a partir destes valores que se devem estruturar as metas (globais e intermédias) a alcançar (e consequentemente os indicadores de monitorização).

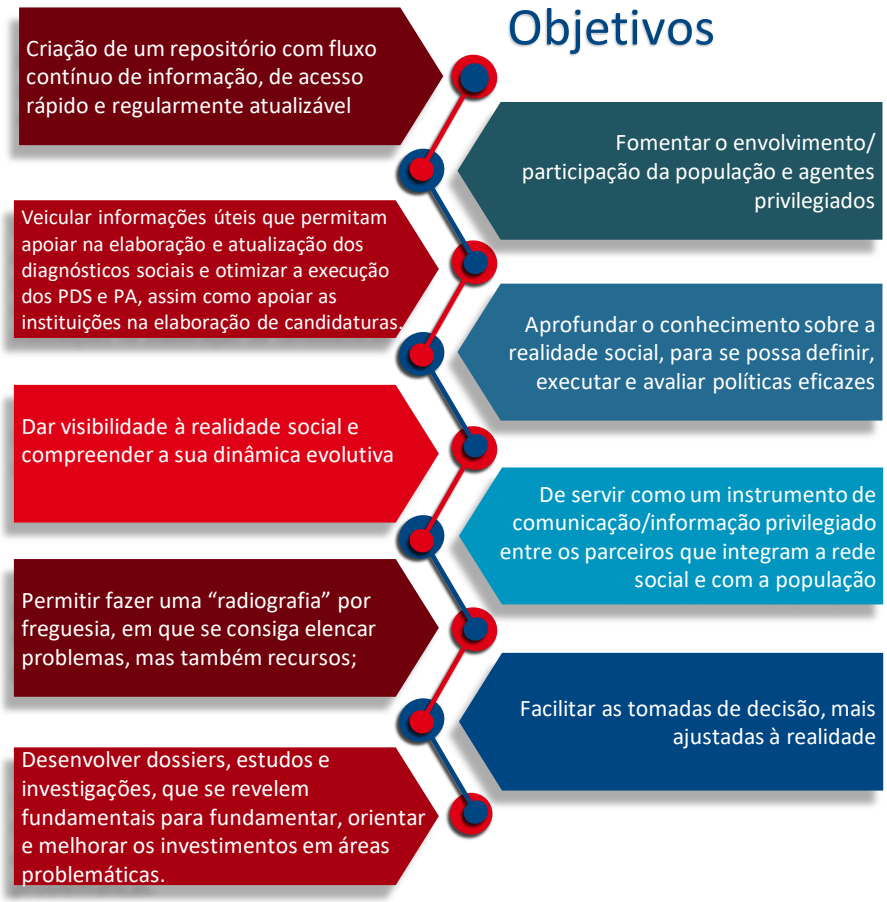
A componente da Monitorização Estratégica deverá, desejavelmente, ser desenvolvida no prosseguimento dos trabalhos, sob a coordenação e contratualização de uma estrutura de atores (p.e., Grupos de Trabalho) para serem responsáveis pela recolha e sistematização da informação, e envolvendo necessariamente os atores responsáveis pela sua implementação.

Observatório Social e de Saúde: Princípios funcionais e estrutura base

A lógica da criação de um Observatório Social e de Saúde do Montijo faz parte integrante do atual processo de atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social do Montijo, mas igualmente como instrumento fundamental para os posteriores trabalhos de monitorização e avaliação das atividades da Rede Social. Os seus elementos estruturantes e respetivos indicadores inserem-se nesta fase com o intuito de combater a insuficiente informação estatística e qualitativa ao nível do concelho, não menosprezando um nível mais micro (freguesia).

A dispersão de informação, muitas vezes desarticulada em relação a determinadas áreas e a insuficiência de estudos acerca de determinados fenómenos dificulta uma análise mais profunda da realidade. A este facto, alia-se a necessidade de mudança de práticas de trabalho/registo e de partilha de informação por parte das entidades. Nesta lógica, o Observatório constitui uma ferramenta que poderá assentar uma plataforma informática on-line com informação partilhada pelos parceiros da Rede Social e capaz de ser uma ferramenta que promova a atualização dos indicadores sociais e de saúde do concelho com base do Diagnóstico Social e Perfil de Saúde. A insuficiente existência de informação concentrada num único repositório, relativamente a vários indicadores, foi o motivo deste impulso. O Observatório pretende ser um instrumento, de fácil acesso e leitura, ao dispor de toda a comunidade, onde se privilegia a apresentação dos principais indicadores que permitem caracterizar cada uma das freguesias nas várias áreas e dinâmicas.

Para tal, seria desejável criar um instrumento que permita alcançar o seguinte conjunto de objetivos:



Neste sentido e tendo como principal finalidade o incremento da capacidade institucional, o Observatório Social e de Saúde do Montijo pretende colmatar as principais necessidades de recolha de informação permitir responder a um conjunto de funcionalidades

Análise prospetiva do planeamento das necessidades de intervenção dos parceiros e respostas sociais (antecipação de necessidades)
Identificação de necessidades de prestação e organização de respostas sociais e de intervenção por parte dos parceiros e IPSS's do concelho
Prevenção social
Atualização
Visão compreensiva dos problemas e perfis de resposta para os mesmos
Centralização
Fundamentação de candidaturas a programas
Atividades de partilha em sede de Rede Social
Evitar casos de duplicação
Incremento da participação dos atores e parceiros

Rua do Instituto Industrial,
n.º 18, 3.º Dt.º
1200-225 Lisboa

Tel. 21 81 60 840
Tm. 96 26 30 580

iese@iese.pt
www.iese.pt